

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	14
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	19
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	20
1.5 Principais clientes	34
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	35
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	37
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	38
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	39
1.16 Outras informações relevantes	40
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	41
2.2 Resultados operacional e financeiro	56
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	59
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	68
2.5 Medições não contábeis	69
2.6 Eventos subsequentes as DFs	70
2.7 Destinação de resultados	71
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	72
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	73
2.10 Planos de negócios	74
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	76
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	77
3.2 Acompanhamento das projeções	78
4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	79
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	86
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	87
4.4 Processos não sigilosos relevantes	88
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	89

Índice

4.6 Processos sigilosos relevantes	90
4.7 Outras contingências relevantes	91
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	92
5.2 Descrição dos controles internos	93
5.3 Programa de integridade	94
5.4 Alterações significativas	95
5.5 Outras informações relevantes	96
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	112
6.3 Distribuição de capital	123
6.4 Participação em sociedades	124
6.6 Outras informações relevantes	125
7. Assembleia geral e administração	
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	126
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	127
7.4 Composição dos comitês	135
7.5 Relações familiares	138
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	139
7.7 Acordos/seguros de administradores	140
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	141
8.2 Remuneração total por órgão	145
8.3 Remuneração variável	149
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	150
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	152
8.6 Outorga de opções de compra de ações	153
8.7 Opções em aberto	154
8.8 Opções exercidas e ações entregues	155
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	156
8.10 Outorga de ações	157
8.11 Ações entregues	158

Índice

8.12 Precificação das ações/opções	159
8.13 Participações detidas por órgão	160
8.14 Planos de previdência	161
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	162
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	163
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	164
8.18 Remuneração - Outras funções	165
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	166
8.20 Outras informações relevantes	167
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	168
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	171
9.4 Outras informações relevantes	172
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	173
10.1 Descrição dos recursos humanos	174
10.2 Alterações relevantes	175
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	176
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	177
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	178
11.2 Transações com partes relacionadas	179
11.3 Outras informações relevantes	180
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	181
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	182
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	183
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	184
12.5 Mercados de negociação no Brasil	185
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	186
12.7 Títulos emitidos no exterior	187
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	188

Índice

12.9 Outras informações relevantes	189
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	190
13.1 Declaração do diretor presidente	191
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	192
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	193

1.1 Histórico do emissor

1.1 – Histórico do emissor

A Inepar S.A. – Indústria e Construções iniciou suas operações em 1953, como ENCO – Engenharia e Comércio. Em 1968 foi criada a INELCO - Indústria Elétrica e Comércio, tendo como principal objetivo a fabricação e montagem de painéis elétricos de baixa tensão, centro de controles de motores e cubículos de média tensão para indústrias. Em 1971 houve a mudança da razão social de INELCO para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda. Em 1976, a ENCO e INEPAR se transformam em S.A, ENCO é incorporada pela INEPAR, a qual muda sua razão social para Inepar S.A. – Indústria e Construções.

Ao longo do tempo, a empresa expandiu sua área de atuação no setor de energia, tornando-se líder, adicionando novos produtos e serviços, o que permitiu oferecer ao mercado equipamentos e sistemas integrados nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Principais eventos da empresa:

- 1953** - Fundação da ENCO - Engenharia e Comércio;
- 1968** - Criação da INELCO - Indústria Elétrica e Comércio Ltda;
- 1971** - Mudança da razão social de INELCO para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda;
- 1976** - ENCO e INEPAR se transformam em S.A. e posteriormente a ENCO é incorporada pela INEPAR, a qual muda sua razão social para Inepar S.A. Indústria e Construções. BNDES passa a participar no capital da INEPAR, através da EMBRAMEC (atual BNDESPar);
- 1977** - Implantação da Inepar S.A. Indústria e Construções na Cidade Industrial de Curitiba;
- 1980** - Abertura do capital social da Inepar, com participação do IBRASE (atual BNDES);
- 1992** - Associação com a General Electric na produção de medidores elétricos
- 1994** - Associação com a Motorola e a Iridium Andes Caribe Corp., para formação da Iridium Sudamerica;
- Aquisição, por parte da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) junto à Inepar – Administração e Participações, de 10% do capital votante da Inepar S.A. Indústria e Construções;
- 1996** - A Inepar assume o controle acionário da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A.;
- 1997** - A Inepar S.A. associa-se à Landis & Gyr, empresa Suíça, para produção de medidores elétricos;

1.1 Histórico do emissor

- Joint-venture com a Mastec INC., dos EUA, para formação da Mastec-Inepar S.A. Sistemas de Telecomunicações;
 - Consolidação da política de distribuição de ações para funcionários;
 - Criação da Inepar Energia S.A.;
- 1998** - A Inepar, através da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., juntamente com a CSN, através de sua subsidiária FEM – Projetos, Construções e Montagens S.A., e o Bradesco criam nova empresa denominada Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A.;
- Formação da GE Hydro Inepar do Brasil S.A. para a industrialização, comercialização e fornecimento de turbinas hidráulicas e hidrogeradores no mercado nacional e internacional;
- 1999** - Inepar S.A. Indústria e Construções e a Lucent Technologies – Divisão Power System, criam a joint-venture Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda., que fabrica fontes de energia para telecomunicações;
- Lançamento da Nova Inepar S.A. Indústria e Construções. A principal mudança foi a criação de três empresas independentes focadas nos seguintes segmentos de mercado: Equipamentos, Construções e Serviços para infra-estrutura (a Nova Inepar S.A. Indústria e Construções), Operações em Energia (a Inepar Energia S.A.) e Operações em Telecomunicações (a Inepar Telecomunicações S.A.). A Nova Inepar S.A. Indústria e Construções terá sua atuação dividida em quatro unidades de negócios estruturadas de acordo com as necessidades do mercado;
 - Siemens Metering Ltda. passa a ser a nova razão social da Landis & Gyr Inepar, resultado da aquisição pela Siemens Metering das operações mundiais da Landis & Gyr;
- 2000** - Inepar S.A. Indústria e Construções incorpora as sociedades IESA - Internacional de Engenharia S.A e Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., como primeira etapa do seu processo de reorganização societária;
- Inepar S.A. Indústria e Construções incorpora a totalidade das ações da Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A., transformando-a em subsidiária integral, na sequência do seu processo de reorganização societária.
 - Durante o exercício de 2000, a Administração da companhia implementou um amplo programa de reestruturação, visando consolidar uma nova estrutura organizacional e societária. O objetivo principal foi simplificar a estrutura societária concentrando todas as atividades operacionais em torno de uma razão social: a Inepar S.A. Indústria e Construções, que agrega os resultados da controladora aos da subsidiária integral Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S.A.
- 2001** - Dando continuidade ao processo de encaminhamento de soluções internas para a questão financeira, a Inepar prosseguiu efetuando desinvestimentos que elencamos a seguir:
- Em 02 de fevereiro a controlada Inepar Telecomunicações S/A firmou contrato objetivando a venda de sua participação na operadora de telefonia celular Global Telecom para a Telesp Celular Participações (Portugal Telecom);
 - Em 15 de março a subsidiária Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S/A assinou contrato de compra e venda de ações com Hatamura & Associados S/C

1.1 Histórico do emissor

- Ltda., Excel Consultoria & Associados S/C Ltda. e Shapphire Service Ltda., para alienação de controle na Nordon S/A Indústrias Metalúrgicas;
- Em 20 de março, conforme Proposta de Compra de Ações, a controlada Inepar Energia S/A vendeu sua participação na empresa Itiquira Energética S/A, para a Tosli Acquisition B.V.. O contrato de Compra de Ações, após anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi firmado em data de 25 de maio de 2001;
 - Em 02 de julho alienamos a totalidade da participação na controlada em conjunto Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda. para a Tyco Group S.A.R.L.;
 - Em 16 de julho, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, nossa controlada Inepar Energia S/A vendeu sua participação na empresa Machadinho Energética S/A, para a Alcoa Alumínio S.A.;
 - Em 01 de agosto foi firmado um contrato de venda de ações, no qual a Inepar aliena a parcela de 36,15% que detinha do capital da controlada em conjunto Mastec-Inepar S/A Sistemas de Telecomunicações, para a Mastec Latin America, Inc.

2003/2004 - Após a decisão do Conselho de Administração, de Março de 2003, que colocou a responsabilidade da conclusão de todo o processo de reestruturação no Grupo Controlador, a administração da Companhia decidiu concentrar e consolidar todas as suas atividades operacionais em Araraquara/SP, objetivando significativa redução de nossos custos e despesas e o crescimento de nossa produtividade e competitividade.

Por motivos de ordem operacional e mercadológica e, em virtude da apreciável tradição junto ao mercado da subsidiária integral **IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S/A**, foi ela escolhida e estruturada para conduzir todas as atividades operacionais, nas áreas de projetos, manufatura e serviços, a partir de 2004.

Neste sentido, foram adotadas as seguintes providências:

- Eliminamos totalmente o passivo de curto e longo prazo da IESA e transferimos sua sede do Rio de Janeiro/RJ para Araraquara/SP.
- Transferimos para a IESA o acervo técnico de todas as empresas industriais e de serviços, da Companhia e de suas controladas.
- Nos casos em que isto foi possível, transferimos os contratos de fornecimento de produtos e serviços, da Companhia e suas controladas para a IESA, que passou a executá-los.
- Transferimos para a IESA, (observadas as restrições impostas pela transferência dos contratos de fornecimento e serviços), o quadro de colaboradores lotados nas várias empresas e atividades. Este processo foi totalmente concluído em janeiro último.
- Cadastramos a IESA como fornecedora de bens e serviços em todos os segmentos de mercado. Este processo foi facilitado graças ao acervo

1.1 Histórico do emissor

técnico e tradição da própria IESA, somado aqueles transferidos pela Companhia e suas controladas.

- Em continuidade ao Plano de Reestruturação, a empresa vem tomando medidas para redução de passivos e concentração em atividades de maior valor agregado, dentro desta diretriz, foi criada a SadeFem Equipamentos e Montagens S/A, transferindo todas as atividades relacionadas ao segmento de negócio de estruturas metálicas, mantendo o acesso aos insumos desta atividade através de acordos comerciais.
- Transferida a sede da Iesa Projetos Equipamentos e Montagens S.A para Rio de Janeiro

2005

- Concluída a venda da participação total na SadeFem Equipamentos e Montagens S/A, mantendo acordo comercial para atender mercado.
- Constituída a IESA Óleo & Gás S.A, com o intuito de preparar a unidade para buscar uma nova parceira/sócio tecnológica, com capacidade de fazer frente ao grande volume de demanda no mercado, por investimentos em projetos de infra-estrutura.
- Concedido a IESA Óleo & Gás S.A, acesso a todo acervo técnico da Iesa Projetos Equipamentos e Montagens S.A, sendo o mesmo compartilhado pelas duas empresas.
- Em 29 de Junho de 2005 a Inepar formalizou a venda de sua participação no capital da joint venture Landis+Gyr Equipamentos de Medição Ltda, correspondente a 44% do capital total. As cotas foram vendidas para a sócia majoritária Landis+Gyr Holding GmbH,

2008

- Em 18 de fevereiro de 2008, através da Ata 69ª da Assembléia Geral Extraordinária, a empresa transferiu sua sede para a Alameda Jurupis nº 455 – 10º Andar, Bairro Moema, CEP 04088-001 na cidade de São Paulo –SP.
- No primeiro trimestre dando sequência aos acordos previamente assinados com a GE, a Inepar realizou a subscrição de 6.246.331 na Joint-Venture GEHI , passando de uma participação de 40% para 50% (menos 229 ações).
- Nos anos de 2008 e 2009 foram transferidos vários equipamentos de grande porte, que atendiam a GE Power Generation nas suas plantas da Finlândia, Canadá e Suécia, para serem integrados ao parque fabril localizado em Araraquara-SP.

1.1 Histórico do emissor

- Estes equipamentos serão primordiais para uma elevação da capacidade de produção de nossa fábrica, representarão um incremento em linhas de processo que operavam próximas de um limite técnico máximo, sendo equipamentos utilizados na maioria dos nossos projetos. Estes novos equipamentos elevam consideravelmente a capacidade total de processamento da fábrica, já que em outras áreas a utilização é modular e pode receber uma programação de produção, escalonada ou simultânea.
- Além de atender o mercado de geração de energia hidrelétrica, que apresenta uma significativa expansão de demanda praticamente no mundo todo, principalmente com uma maior conscientização da importância de utilização de fontes renováveis de energia, a empresa passa a contar com uma maior disponibilidade de fábrica para atender também a outras áreas de atuação.
- Com esta decisão a GE Hydro Inepar (GEHI), que produz turbinas e geradores para o Brasil e outros países da América do Sul, passará a atender a todo o mercado mundial neste segmento.
- O investimento total dessa reestruturação, incluindo a transferência de novas tecnologias e equipamentos de última geração, contará com a implantação do primeiro e único laboratório para desenvolvimento hidráulico do país.
- Esta unidade concentrará o atendimento aos diversos mercados mundiais e contará com sucursais e escritórios estrategicamente localizados nas diversas regiões onde atua; contará também com apoio de vendas da GE Power Generation que possui abrangência global, facilitando o acesso aos diversos mercados, entretanto deverá concentrar foco em alguns nichos com maior potencial de desenvolvimento.
- Integra a sua força produtiva, investimentos em equipamentos na fábrica da lesa instalada em Araraquara, assim como contará com a incorporação de unidades na Suécia e Finlândia que facilitam o atendimento na Europa como um todo.
- Em julho de 2008 a empresa austríaca Andritz adquiriu da GE a participação na Joint-Venture GE Hydro Inepar, dessa forma a denominação será AHI. A empresa Andritz possui uma subsidiária brasileira chamada Vatech, até então uma forte concorrente da GEHI.
- Os projetos já contratados bem como os novos contratos serão mantidos pela AHI, todos os planos de investimentos da JV serão mantidos, incluindo o atendimento ao mercado interno, externo, bem como a construção do laboratório de hidrogeração, único na América do Sul, que já começou a ser construído e deverá ficar pronto em aproximadamente um ano.

1.1 Histórico do emissor

- Em 30 de novembro de 2008, a empresa adquiriu da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a participação de 26,4% no capital da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A.

2009

- Através da Ata da 16ª Assembléia Geral Extraordinária da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., foi aprovado o aumento do capital social da companhia mediante emissão de 45.740.246 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil e duzentos e quarenta e seis) novas ações ordinárias ao valor de R\$ 1,00 (um real), onde a acionista Inepar S.A. Indústria e Construções subscreveu o montante de R\$ 40.856 representadas por 40.855.806 (quarenta milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentas e seis) ações ordinárias, sendo o saldo remanescente integralizado posteriormente, desta forma, a participação da Inepar S.A. Indústria e Construções passou de 67,10% para 74,60%.

2010

- Em 10 de Setembro de 2010, a Inepar S.A. Indústria e Construções consolida entendimentos com Innovida Factories Ltd., formando joint- venture para utilização de tecnologia inovadora e pioneira para construção de habitações populares e outras aplicações em construções civis, visando atender também aos requisitos do programa MINHA CASA MINHA VIDA, até então em desenvolvimento pelo Governo Brasileiro.

2011

- A joint-venture Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. assina contrato com Consórcio Norte Energia que detém a concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará; para o fornecimento de turbinas e geradores, assim como outros equipamentos hidromecânicos a serem utilizados pela usina, com escopo de valor total de R\$ 1,022 bilhões de reais. Belo Monte será a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, ficando atrás apenas da chinesa Três Gargantas e da binacional Itaipu.
- Migração para o Nível 1 de Práticas Diferenciado de Governança Corporativa.
- A INEPAR S.A. Indústria e Construções, através da Millport Associates S.A., foi vencedora da oferta de compra, conforme declaração pela Corte Americana em 18/08/2011, dos Ativos da Innovida Holdings LLC nos Estados Unidos, que contemplam as patentes, a "trademark", fábrica em Miami, certificações internacionais e principalmente a propriedade, e o

1.1 Histórico do emissor

direito de uso exclusivo na aplicação do Sistema Construtivo no Brasil e no mundo.

- Incorporação da Inepar Energia S.A., em 21 de novembro de 2011, aumentando o patrimônio líquido da Companhia em R\$ 28.239.943 milhões. Com essa incorporação, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 9.923.653 elevando o seu patrimônio líquido de R\$ 389.053.477 para R\$ 398.977.131.
- A IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., subsidiária integral da INEPAR, adquiriu da IAP (INEPAR Administração e Participações S.A.) 20% de participação que esta detinha na TIISA (Triunfo-Iesa Infraestrutura S.A.) por R\$ 55,8 milhões, aumentando assim a sua participação TIISA de 30% para 50%.

2012

- Em 31/03/2012 a INEPAR S.A Indústria e Construções adquiriu da IAP (INEPAR Administração e Participações S.A.) 50% de participação que esta detinha na CBD (Companhia Brasileira de Diques) por R\$ 608,7 milhões, que pagou com TDPs (Títulos da Dívida Pública Federal Externa) que se encontrava em sua carteira.
- Durante o ano de 2012, a controlada IESA Óleo & Gás assinou o maior contrato da história da Inepar. Trata-se do contrato de fornecimento de 24 módulos de compressão de CO2 para seis FPSOs replicantes, com opção de fornecimento de mais 08 módulos para outras duas FPSOs, cujo contratante é um consórcio formado entre a Petrobras, BG Group, Petrogal e Repsol Sinopec. Esses módulos serão responsáveis pelos sistemas de compressão e injeção de CO2, compressão para exportação de gás, injeção de gás e compressão de gás principal com recuperação de vapor.
- Licitação vencida para prestar serviços de construção, montagem e manutenção de integridade nas plataformas da Unidade de Operações da Bacia de Campos (UO-BC) da Petrobras. O trabalho será realizado durante as campanhas de manutenção das plataformas com apoio de Unidade de Manutenção e Segurança (UMS). Este modelo de contratação com apoio de UMS é um modelo novo criado pela Petrobras, do qual a IESA sai na frente de seus concorrentes.

2014 a 2023

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

1.1 Histórico do emissor

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

- 1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.
- 2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

1.1 Histórico do emissor

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

Em 25 de janeiro de 2022, a Inepar recebeu uma proposta da empresa Melville Capital Group LLC de Nova York, para aquisição das UPI's IOG e IPM, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22 de janeiro e 25 de janeiro de 2022.

Em 14 de março de 2022, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial a data de 28/04/2022 para as 15 horas em audiência pública para a realização do leilão das propostas apresentadas no Processo Competitivo.

Em 28 de abril de 2022, ocorreu a audiência para a abertura das propostas apresentadas no processo de leilão de venda das UPIs IOG e IPM, e que além da proposta firme apresentada anteriormente pela Melville Capital Group LLC, a empresa SEFRAN Fabricação e Comércio de Equipamentos Industriais Ltda, habilitou-se no processo e apresentou proposta para aquisição das referidas UPIs no valor de US\$ 153 milhões de dólares americanos.

Em 09 de maio de 2022, foi exarada decisão do Juiz da Recuperação Judicial homologando a alienação das UPIs, que foram vencidas pela empresa SEFRAN.

Desta forma abriu-se o prazo de 30 dias corridos para a efetivação do pagamento.

Em 17/12/2021 em revisão à petição do dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de parte do capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial,

Em 03 de maio de 2023, a Inepar recebeu nova proposta para alienação das UP's, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos.

1.1 Histórico do emissor

Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 376,2	R\$ 397,5	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento ao BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito) o saldo de 21,3 milhões.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Geração de Energia

- a) Fabricação de 02 Turbinas tipo Francis 64,2 MW – 120 RPM – 38,1 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 15,8 MVA – 38 Pólos – 6,9 KV – FP=0,92 – para a Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, localizada no RioJacuí, Município Agudo – RS.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR – CONSÓRCIO CONFRAM**

- b) Fabricação de 02 Turbinas tipo Francis 31,2 MW – 360 RPM – 86,8 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 33,8 MVA – 20 Pólos – 13,8 KV – FP=0,90 para a Casa de Força I e mais 02 Turbinas tipo Francis 48,8 MW – 400 RPM – 135,3 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical

1.1 Histórico do emissor

52,9 MVA – 18 Polos – 13,8 KV – FP=0,90 para a Casa de Força Ilda Usina Hidrelétrica de Itiquira, localizada no Rio Itiquira, Município de Itiquira – MT.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR – CONSÓRCIO ITICON**

- c) Fornecimento de mão de obra para modernização de 04 Geradores 52 MVA – 56 MVA – 56 Pólos – 13,8 KV – FP = 0,95 e reforma de componentes de outros 6 geradores e 4 turbinas tipo Francis 53 MW – 128,6 RPM – 45 metros de queda de água para a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes, localizada no Rio Grande, Município de Ibiraci – MG.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR - FURNAS**

- d) Fabricação de 03 Turbinas Tipo Francis 300 MW – 200 RPM – 175,6 metros de queda de água e 03 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 311 MVA – 36 Pólos – 13,8 KV – FP=0,95 para a Usina Hidrelétrica de Campos Novos, localizada no Rio Canoas, Município de Campos Novos – SC.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR E ENERCAN – CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A..**

- e) Fornecimento de componentes para 03 Turbinas tipo Francis 42,1 MW – 450 RPM – 166,2 Metros de queda de água e fornecimento de componentes para 03 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 46 MVA – 16 Pólos – 13,8 KV – FP=0,90 para Usina Hidrelétrica de Guaporé, localizada no Rio Guaporé, Município de Jaurú – MT.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR E TANGARÁ ENERGIA**

EQUIPAMENTOS HIDROMECAÑICOS

- a) Fornecimento de 11 Grades da Tomada de Água – 1 conjunto de Comporta Ensecadeira da Tomada de Água - 01 conjunto de Comporta Ensecadeira do Tubo de Sucção e 11 Condutos Forçados, destinados para ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no Rio Tucuruí, Município Tucuruí – PA

Cliente: **ELETRONORTE**

- b) Fornecimento de Comporta Vagão da Tomada de Água – Painel de Comando e Painel de Fechamento pra a Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, localizada no Rio Grande, Município Ibiraci – MG.

Cliente: **FURNAS**

- c) Fornecimento de 03 Comportas Vagão – 4 Comportas Ensecadeira – 01 Comporta Descarga e 02 Condutos Forçados para Usina Hidrelétrica de Itiquira.

Cliente: **ITISA - ITIQUIRA ENERGÉTICA S.A.**

EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS

- a) Fornecimento de 01 Ponte Rolante Capacitada de 2 x 130KN x 6,2 Metro incluído a Montagem no Campo e os Testes de Comissionamento, destinado a UHE – Porto Primavera/SP

Cliente: **CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

- b) Fornecimento de 01 Pórtico Rolante 30T x 5M utilizado para manuseio dos painéis da comporta ensecadeira na Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA

1.1 Histórico do emissor

Cliente: **ELETRONORTE**

- c) Fornecimento de 01 Monovia equipada com 02 Talhas germinadas com capacidade de 20T cada uma e caminho de rolamento de 180M, destinado a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes/MG

Cliente: **FURNAS**

- d) Fornecimento de 01 Ponte Rolante 850Kn x 14,3M – 01 Ponte Rolante Monoviga 80 KN x 14,3 M – 01 Monovia com Talha Elétrica de 125 KN x 30M – 01 Monovia com Talha Elétrica 125KN x 40M – 1 Monovia com Talha Elétrica 80 KN x 18M, destinado ao Aproveitamento Hidrelétrico Ponte de Pedra-MS.

Cliente: **CONSÓRCIO CIGLA-SADE**

- e) Fornecimento 01 Ponte Rolante 220/70/6 Ton x 24,96 M para manuseio de Panela de Metal Líquido, destinado a Aciaria de Piracicaba/SP, Esta é uma das maiores pontes rolante de aciaria, produzida com tecnologia própria.

Cliente: **COMPANHIA SIDERURGIA BELGO MINEIRA.**

- f) Fornecimento de 19 Pontes Rolantes para Laminador de Tiras a Quente da CST sendo 5 Pontes 60Tx27,6M – 04 Pontes 40Tx28,6M – 02 Pontes 100Tx27,30M – 02 Pontes 40Tx40M – 01 Ponte 100Tx27,15M – 01 Ponte 45Tx27M – 01 Ponte 40Tx20M – 01 Ponte 15Tx18M – 01 Ponte 15Tx27,15M e 01 Ponte 40T x 28,6M.

Cliente: **DEMAG**

- g) Fornecimento de 07 Pontes Rolantes para a Linha de Processo de Chapas da CISA – Araucária/PR sendo 03 Pontes 30Tx27,6M – 02 Pontes 30Tx21,6M – 01 Ponte 25Tx20,4M e 01 Ponte 55,15T x 27,6M.

Cliente: **DEMAG**

- h) Fornecimento de 02 Guindastes Portuários de 40 T x 18m para movimentação de containers no Porto de Santos – terminal do Guarujá/SP.

Cliente: **SANTOS BRASIL S.A.**

EQUIPAMENTOS DE PROCESSOS

- a) Fornecimento de 14 Vasos de Pressão, Reatores e Torres de Processo, 2 DD Washer – Planta de depuração, Deslignificação por Oxigênio e Branqueamento, totalizando mais de 3.000 Ton de equipamentos para a expansão da linha de fibra da Aracruz Celulose, localizada no Município de Aracruz – ES. Neste projeto a Inepar Equipamentos recebeu um prêmio pela performance de cumprimento no prazo de entrega.

Cliente: **ARACRUZ CELULOSE S.A..**

- b) Fornecimento de 01 Vaso de Pressão – NH3 Knock out Drum destinado para aumento da capacidade produtiva de Amônia da Refinaria Duque de Caxias, localizada no Município de Duque de Caxias-RJ.

Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**

1.1 Histórico do emissor

- c) Fornecimento de 7 Torres e 2 Vasos de Pressão destinados para a expansão da Refinaria Gabriel Passos, localizada no Município de Betim/MG.

Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**

- d) Fornecimento de 2 Vasos de Pressão (Reator e Degasador) para expansão da unidade fabril e aumento de capacidade na produção de peróxidos de hidrogênio da Unidade da Peróxidos, localizada no Município de Curitiba/PR.

Cliente: **PERÓXIDOS DO BRASIL LTDA**

- e) Fornecimento de 01 Vaso Depurador de Gás, destinado ao aumento da capacidade produtiva de gás natural da Unidade da Petrobrás localizada no Município de São Mateus-ES.

Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**

METRO-FERROVIÁRIO

- a) Reforma de 1.668 Vagões de Carga em Aço Carbono, 1535 Vagões de Carga em Alumínio, Troca de rodeiros de 43 Locomotivas, Recuperação de 50 Locomotivas e Reforma do virador de locomotivas da oficina da Ferronorte localizada em Araraquara-SP.

Cliente: **FERRONORTE**

- b) Fornecimento e montagem de 2 Viradores de Locomotiva para as oficinas de Santa Bárbara e Ipatinga/MG.

Cliente: **CVRD – COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**

- c) Fornecimento de 2 Viradores de Locomotivas para o Projeto Trombetas-PA.

Cliente: **MINERAÇÃO RIO DO NORTE**

- d) Reforma de Guindastes Rodoferroviários Holmes

Cliente: **FERRONORTE**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia, cujas atividades operacionais, a partir de 2004, foram concentradas na controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., tem por objeto social:

- a) Fabricação, comercialização, projeto e fornecimento de bens de capital, de equipamentos, sistemas e serviços destinados à:
 - Geração, transmissão, transformação, proteção, distribuição e consumo de energia elétrica;
 - Implantação e expansão de sistemas de telecomunicações;
- b) Projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- c) Projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
- d) Projeto e construção de linhas, canalizações, transmissões e centrais de telecomunicações;
- e) Projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
- f) Projeto e montagem de sistemas de automação;
- g) Realização direta ou indireta de obras civis, procura, aquisição e fornecimento de equipamentos, montagem industrial e gerenciamento de negócios na área de engenharia em geral;
- h) Elaboração de estudos econômicos e realização de estudos, planos e projetos de engenharia;
- i) Gerenciamento de empreendimentos, fiscalização e/ou supervisão de obras e serviços de engenharia;
- j) Instalação, supervisão e montagem de equipamentos eletromecânicos e eletroeletrônicos;
- k) Operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos operativos;
- l) Fornecimento de redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação, operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito;
- m) Prestação de serviços de qualquer natureza no ramo da Engenharia Consultiva, de projetos ou da informática, de Computação Gráfica, de Informática aplicada à Engenharia e de consultoria e assessoria nas atividades de gestão empresarial;
- n) Prestação de serviços de telecomunicações;
- o) Participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista;
- p) Prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria nas atividades de Gestão Energética, Automação e Telecomunicações;

A controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, bem como a elaboração de estudos econômicos;
- b) execução de serviços de construção, de manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário, metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose e telecomunicações; distribuição e transmissão de energia elétrica;
- c) fabricação, comercialização, locação, arrendamento, projeto e fornecimento de produtos, bens de capital, máquinas e equipamentos, sistemas e serviços para

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- infra-estrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas de óleo e gás, água e esgoto, geração, transmissão, transformação e proteção de energia, distribuição e consumo de energia elétrica, transporte, compensação reativa, movimentação e outros afins;
- d) fabricação e montagem de estruturas de aço e seus agregados;
 - e) fabricação, supervisão de montagem, montagem, instalação, comissionamento e testes, de capacitores, bancos de capacitores, filtros de harmônicas, equipamentos para qualidade de energia e eficiência energética, de baixa, média e alta tensão;
 - f) fornecimento de redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação, operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito;
 - g) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás;
 - h) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;
 - i) representação, comercialização, compra e venda de produtos e serviços relativos às áreas descritas nos incisos acima;
 - j) projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
 - k) projeto, construção e montagem de usinas térmicas e hidroelétricas;
 - l) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
 - m) projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
 - n) projeto e construção de obras civis, elétrica, hidráulicas e de telecomunicações;
 - o) projeto e construções de linhas, canalizações, transmissões e centrais de telecomunicações de telecomunicações;
 - p) implantação e expansão de sistemas de telecomunicações;
 - q) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes;
 - r) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, na privatização de empresas distribuidoras de energia e em novos produtos;
 - s) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista; e
 - t) administração de bens próprios.

A Controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. tem por objeto social:

- a) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista;
- b) prestação de serviços de qualquer natureza no ramo da engenharia consultiva, de projetos, distribuição e consumo de energia elétrica;
- c) fabricação, comercialização, projeto e fornecimento de bens de capital, de equipamentos, sistemas e serviços destinados à geração, transmissão, transformação, proteção, distribuição e consumo de energia elétrica;
- d) execução de serviços de construção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário, metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose e telecomunicações;
- e) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- f) projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
- g) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- h) projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
- i) projeto e montagem de sistemas de automação;
- j) importação e exportação relacionadas com os objetivos operativos;
- k) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, na privatização de empresas distribuidoras de energia e em novos produtos.

A Controlada Indireta IESA Óleo & Gás S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração nas áreas de óleo e gás;
- b) execução de serviços de construção, da manutenção, montagem e assistência técnica nas áreas de óleo e gás, química e petroquímica;
- c) execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de "Off-Shore" e "On- Shore";
- d) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás;
- e) projeto, construção e montagem de usina térmica nuclear;
- f) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas de óleo, gás, química e petroquímica;
- g) apresentação e comercialização de produtos e serviços ligados ao objeto social;
- h) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes;
- i) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, para consecução do seu objeto social;
- j) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista.

A ligada IESA Tecnologia e Transportes S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração na área de transporte, em saneamento e em atividades de engenharia civil ligadas a pontes, estradas e viadutos;
- b) execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, nas áreas: portuária, aeroportuária, metro-ferroviária, saneamento básico e ambiental, telecomunicações, controle de tráfego rodoviário e infra-estrutura urbana;
- c) prestação e serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;
- d) fiscalização de execução de obras rodoviárias;
- e) fabricação/modernização de material rodante;
- f) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações
- g) projeto e construção de sistemas metro-ferroviários, incluindo sinalização, telecomunicação, eletrificação, sonorização e controle de acesso de passageiros

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- h) projeto e construção de sistemas aeroportuários, incluindo informação ao usuário, telecomunicação, sonorização, controle de incêndio e controle de acesso de passageiros;
- i) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos itens antecedentes;
- j) participação de licitações isoladamente ou por meio de consórcios ou SCPs;
- k) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista
- l) administração de bens próprios

A ligada Enisa – Inovação e Infraestrutura S.A. tem por objeto social:

- a) Realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, bem como a elaboração de estudos econômicos e gerenciamento e administração necessárias às atividades de siderurgia; mineração e metalurgia; saneamento básico e ambiental; sistema de captação; sistema de coleta; tratamento de esgoto e lançamento de seus efluentes; preservação e despoluição de Mananciais e Baías; tratamento e distribuição de água; estações elevatórias e de tratamento sanitário; infraestrutura urbana e dragagens; obras hidráulicas; pontos e canais; navegação lacustre, fluvial e marítima; óleo e gás; petróleo; plataformas de petróleo e suas unidades modulares; plantas e sistemas industriais de qualquer natureza, usinas termoeletricas, usinas de fontes renováveis(energia solar (Sol), eólica (ventos), maremotriz (maré), hídrica (força das águas) e geotérmica (calor interno da Terra); unidades de tratamento de lixo, urbano, industrial e hospitalar; infra e superestrutura e material rodante; controle de tráfego rodoviário; infraestrutura urbana; sinalização ferroviária e rodoviária; veículos de transporte sobre trilhos e pneus; redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação; operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; portuário; sistemas de armazenagem de grãos e silagem; metro-ferroviário; química/petroquímica; papel e celulose; telecomunicações; automação; linhas de transmissão, redes de subestações elétricas; distribuição e transmissão de energia elétrica; distribuição e consumo de energia; rebaixamento e distribuição de Energia Elétrica; usinas térmicas e hidroelétricas; e estruturas de aço e seus agregados, inclusive obras de arte em concreto e aço;
- b) Prestação de serviços de qualquer natureza nas atividades acima mencionadas, inclusive na modalidade EPC, especialmente de engenharia consultiva; projeto básico; projeto executivo ou detalhado para fabricação; computação gráfica; prototipagem eletrônica; cálculos e demais atividades computacionais e sistemas próprios de softwares; e automação industrial;
- c) Elaboração de planos e prestação de serviços de planejamento; gerenciamento; administração e na modalidade EPCM; operação; manutenção; atualização e repotenciamento de plantas; sistemas,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

instalações e equipamentos necessários nas operações e atividades mencionadas na letra “a” acima;

- d) Execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infraestrutura e indústria, em especial nas áreas mencionadas na letra “a” acima e outras áreas afins e relacionadas, tanto nos empreendimentos próprios e ou através de consórcios, PPP's ou SPE's, BOT, BTS, em que a Companhia venha participar;
- e) Execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de “Off-Shore” e “On- Shore”;
- f) Fabricação, fornecimento, instalação, montagem, supervisão, comissionamento, descomissionamento, testes de performance, operação assistida e start-up, manutenção, modificação de equipamentos, peças, acessórios e componentes, exploração e processamento, operação de sistemas das áreas mencionadas na letra “a” acima;
- g) Comercialização, locação, arrendamento, para infraestrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas mencionadas na letra “a” acima;
- h) Construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- i) Realização ou contratação de obras civis; bens de capital; fornecimento de equipamentos; serviços de montagem-eletromecânica, hidráulica, automação, elétrica de força, controle e automação e; serviços Auxiliares relacionados as atividades mencionadas no item “a” acima;
- j) Gerenciamento de empreendimentos, fiscalização e/ou supervisão de obras e serviços de engenharia;
- k) Exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos itens anteriores;
- l) Participação em licitações e empreendimentos, através de consórcios, PPP's ou SPC's, BOT's BTS's;
- m) Realizar e integrar empreendimentos e sistemas EPC's e EPCM's nas áreas descritas nos itens anteriores;
- n) Representação, comercialização, locação, arrendamento, importação, exportação e compra e venda de equipamentos, insumos, partes e peças e matérias primas necessárias as atividades mencionadas na letra “a” acima;
- o) Administração de bens próprios; e
- p) Participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

Segmentos de atuação: As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três segmentos:

- **Segmento de Geração & Equipamentos:** As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado de 823.000 m2 de terreno e área coberta superior a 140.000 m2, são as seguintes:

Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração: A IESA/INEPAR tem uma longa tradição de fornecimento para ambos os mercados, onde mais de 2.500 pontes rolantes já foram fornecidas, além de inúmeros equipamentos para movimentação de minério. Recentemente, foi fornecida a maior retomadora de minério tipo portal do mundo.

Divisão de Equipamentos de Processo: Abrangendo o mercado de refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia, a IESA/INEPAR possui tecnologia para fabricar e montar unidades de processo, sendo considerada uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras.

Divisão de Geração de Energia: Esta divisão está sendo transferida para a empresa Andritz.

Divisão de Equipamentos Hidromecânicos: Com expressiva atuação no mercado nacional, a divisão de equipamentos hidromecânicos produz comportas, condutos forçados, grades, barramento blindado e servomotores, tendo participado de grandes empreendimentos de geração de energia como Campos Novos, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito, entre outros.

- **Segmento de Construção & Montagem:** Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento, este segmento apresenta potencial de crescimento.

- **Divisão de Transporte Metroviário:** Reforma e fabricação de trens de passageiros, tendo performedo contratos para a CPTM (SP) e Central (RJ), Metrô-SP, Metrô-RJ, Metrô-Brasília, com tecnologia própria e fábrica com infraestrutura de saída direta para trilhos.

- **Segmento de Óleo & Gás:** No mercado de óleo & gás, estamos representados pela da subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações.

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

b) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação em nosso lucro líquido

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que as funções de sua estrutura operacional, tais como área de compras, vendas, tecnologia da informação, logística, administração e recursos humanos são compartilhados entre os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas por segmento de negócio.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento de Geração & Equipamentos

Movimentação de Materiais

Nas instalações da IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. são projetadas e fabricadas as pontes e pórticos rolantes para as mais complexas aplicações, produz guindastes portuários, máquinas para carregamento e descarregamento de navios, equipamentos de mineração, tais como empilhadeiras e transportadores.

Com tecnologia própria, desenvolvida ao longo dos últimos 30 anos através de acordos com tradicionais empresas do setor nos Estados Unidos, Japão e Alemanha e com mais de 2.500 pontes rolantes entregues no Brasil e no exterior, a IESA tem a melhor solução para o manuseio de materiais.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Empilhadeira de Lança Dupla
- Empilhadeira de Lança Fixa
- Empilhadeira de Lança Giratória
- Monovias
- Painéis de Aço
- Painéis de Gusa
- Ponte Rolante
- Pórtico Rolante

b) Características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem gerando grandes componentes dando forma do produto final.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha “start-up”

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica.

f) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo- benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

2. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um “Vendor List”, aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

3. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das “commodities” tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Equipamentos de Processo

Com mais de 30 anos de experiência a controlada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. está capacitada a atender as mais diversas linhas de equipamentos para produção e processamento de Petróleo & Gás e aplicações Petroquímicas em geral, em inox, aço carbono e ligas especiais.

A especialização e a experiência das equipes de engenharia, fabricação e montagem da IESA têm o reconhecimento do mercado para fabricar e montar unidades de processo como: refinarias, plantas químicas e petroquímicas, de celulose e papel, de cimento, bem como cervejarias e indústria alimentícia. A IESA está capacitada a desenvolver, dentro dos padrões mundiais de qualidade e segurança, as soluções mais adequadas de acordo com o perfil de cada cliente.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Vasos e Torres de Pressão: Reservatórios que contêm fluido sob pressão interna e/ou externa, utilizados em refinarias de petróleo, indústrias químicas e petroquímicas e de papel e celulose, utilizados para armazenamentos intermediários ou entre um processo e outro.
- Reatores: Vasos de pressão, utilizados para transformação de produtos através de reações químicas, térmicas, de pressão ou de processos de agitação.
- Torres/Colunas de Processo: Vasos de pressão utilizados no processamento de fluidos, através da destilação, fracionamento, absorção, separação ou outros processos.
- Tambor de coque: Reator utilizado para o craqueamento catalítico, em unidades de ufcc de refinarias de petróleo.
- Desaeradores: Vasos de pressão utilizados em plataformas de petróleo para remoção de sulfatos da água marítima.
- Esferas: Vasos de Pressão utilizados para armazenamento de Grandes volumes de gases sob pressão.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Trocadores de calor: Vasos De Pressão Utilizados Para Troca Térmica Entre Flúidos Nos Processos Químicos e Petroquímicos.
- Bajas: Base de Jateamento, equipamento utilizado para iniciar perfuração de poço de petróleo em lâminas d'água profundas. Serve como lastro para antecipar a descida dos equipamentos para perfurações no fundo do mar.
- Boca de Sino: Estruturas *offshore* que fixam as linhas submarinas ao costado das plataformas
- Skid's: Equipamentos utilizados na exploração de petróleo, composto em geral por vaso de pressão, tubulações, válvulas, instrumentação, elétrica e estrutura necessária para suportar e confinar todos os componentes
- Tanque de armazenamento: Equipamento utilizado para armazenar grandes volumes de líquido, principalmente DIESEL. São equipamentos de grandes dimensões 50/100/150 mts de diâmetro.

b) características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem gerando grandes componentes dando forma do produto final.

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha "start-up"

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados

Área de Óleo&Gás (onshore/offshore)

2. condição de competição nos mercados

Não se aplica

e) eventual sazonalidade

Não se aplica

f) principais insumos e matérias primas,informando:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia. Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes como, por exemplo, a Petrobrás, que determina que alguns fornecedores sejam certificados por ela. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo -entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Equipamentos Hidromecânicos

Com expressiva atuação no mercado nacional, a Área de Equipamentos Hidromecânicos tem participação de grandes empreendimentos de Geração de Energia. Contando com engenheiros especialistas e com a capacidade fabril instalada, a IESA possui tecnologia própria que permite que os equipamentos sejam desenvolvidos e fabricados conforme as especificações técnicas solicitadas.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Conduto Forçado
- Barramento Blindado
- Grades
- Comportas
- Ensecadeiras

Vagão Segmento

Mitra

- Servomotores
- Válvula Borboleta
- Válvula Dispersora

b) características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem, testes operacionais e pintura, gerando grandes componentes dando forma do produto final.

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha “start-up”

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados

Participação no mercado de Geração de Energia

2. condição de competição mercados 15% do mercado

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica

f) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de médio a longo prazo -entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Segmento de Construção e Montagem

Transporte Metroferroviário

A unidade industrial da IESA possui instalações adequadas para a fabricação de produtos metroferroviários e está qualificada para fornecer a seus clientes equipamentos rodantes, como modernização e reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica) para transporte de passageiros e fabricação de truques metro-ferroviários.

a) Principais equipamentos/serviços fornecidos:

- Modernização e Reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica)
- Recuperação de Infraestrutura
- Troca de Sistema de Freio
- Truques

b) características do processo de produção:

A área de transporte metroferroviário está capacitada para atender a todos os seguimentos do setor, tais como material rodantes e outros materiais rodantes que englobam basicamente a reforma de locomotivas, reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica) fabricação de truques para metrô, trens de passageiros e reforma de vagões de carga.

c) características do processo de distribuição

Não se aplica.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica.

f) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos produtos/serviços ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo- benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes como. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento de Óleo & Gás

Constituída em março de 2005, a partir de ativos, acervo técnico e carteira de contratos da Divisão Óleo & Gás da Controladora Iesa – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, a IESA Óleo & Gás é, hoje, uma das mais importantes empresas brasileiras de engenharia, construção e montagem, com forte e sólida atuação no mercado de petróleo e gás. Graças ao trabalho competente e dedicado do seu corpo de colaboradores, o ano de 2007 reforçou a presença da Companhia no seleto rol das grandes empresas prestadoras de serviços na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) para as áreas de óleo, gás, química e petroquímica.

Esta classificação é fruto do esforço desenvolvido pela Companhia na busca da excelência na execução de suas atividades e se reflete nos bons resultados alcançados, tanto na satisfação de seus clientes quanto nos bons índices de performance em Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente. Além disso, por dispor de toda a estrutura fabril da Controladora em seu parque industrial de Araraquara-SP e das suas próprias instalações para produção e apoio às atividades *off shore*, localizadas em Macaé-RJ, a IESA Óleo & Gás se revela uma das poucas do mercado brasileiro capaz de fornecer aos seus clientes soluções completas – desde a engenharia até o comissionamento e operação assistida dos empreendimentos.

A IESA Óleo & Gás tem como Princípios e Valores Essenciais, o compromisso com a qualidade de seus serviços e produtos, o respeito profissional, internamente e com seus clientes, e o comprometimento com a imagem institucional da empresa. Como resultado, a Companhia alcançou num curto espaço de tempo um desenvolvimento empresarial consistente e auto-sustentado. Sua imagem institucional está plenamente consolidada e é reconhecida e respeitada em todo o mercado. Fruto deste esforço corporativo, os colaboradores da IESA Óleo & Gás estão efetivamente comprometidos e orgulhosos de pertencer ao quadro da Companhia.

a) características do processo de produção:

A IESA Óleo & Gás é uma empresa que incorpora a experiência de mais de cinco décadas no mercado de engenharia industrial no Brasil, com significativa presença em projetos do segmento de petróleo, focando permanentemente a utilização de tecnologias de ponta, sendo uma das empresas pioneiras na implantação de projetos da modalidade EPC (Engineering, Procurement e Constrution) que fornece aos clientes uma solução integrada para seus empreendimentos.

A área de engenharia desenvolve os projetos utilizando-se das tecnologias mais modernas do mercado, destacando-se o conceito de maquete eletrônica 3D com emprego dos softwares PDS, PDMS e outros que permitem a integração das informações desde o projeto até a execução no campo, o uso de sistemas de administração de materiais e equipamentos ligados de forma automática à etapa de suprimento e diversos outros de planejamento, programação e controle de atividades.

O suprimento desenvolve e controla toda a interface com o mercado nacional e internacional na aquisição de bens e serviços para os projetos, desde a fase de procura até a entrega nos locais das obras,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

passando pelas etapas adicionais de compra, inspeção diligenciamento e logística.

A área de construção é responsável pela construção civil e a montagem eletromecânica das plantas de processo, desde a implantação do canteiro de obras até a sua partida. São utilizadas no processo construtivo uma frota própria de equipamentos de construção e uma mão de obra treinada e preparada para a execução dos trabalhos. A construção trabalha intimamente ligada à engenharia e ao suprimento de materiais e equipamentos dos projetos buscando soluções otimizadas que agregam valores ao produto final entregue ao cliente.

Coordenando todas estas fases de um EPC a empresa dispõe de um grupo gerencial preparado para a gestão da implantação dos empreendimentos, empregando metodologia preconizada pelo PMI (Project Management Institute) e seguindo os diversos procedimentos corporativos existentes na área de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde ocupacional. Esta área é responsável pela manutenção da certificação da empresa nas normas ISO 9001, NBR 14001 e OHSAS 18001.

b) características do processo de distribuição

Não se aplica.

c) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

d) eventual sazonalidade

Não se aplica.

e) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos serviços ofertados pela empresa mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A empresa utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo- benefício para a companhia.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um “Vendor List”, aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das “commodities” tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Principais produtos:

- Tubos de aço
- Perfis e estruturas metálicas

Serviços (Jobbing)

A Área de Serviços de Campo está pronta para auxiliar seus clientes em montagens industriais, reformas, modernização e repontenciamento de equipamentos, manutenção industrial e locação de guindastes de até 450 toneladas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) Principais equipamentos/serviços fornecidos:

- Balanceamento de Rotor de Turbogenerador
- Balanceamento de Rotor de Turbina
- Repotenciamento de Máquinas
- Serviços de Montagens de Equipamentos
- Serviços de Montagens Industriais

b) Características do processo de produção:

A área de serviço de campo está pronta para auxiliar seus clientes em montagens industriais, reformas, modernização e repotenciamento de equipamentos, manutenção industrial e locação de guindastes de até 450 toneladas.

c) Características do processo de distribuição

Não aplicável.

d) Características dos mercados de atuação

1. Participação em cada um dos mercados
2. Condição de competição nos mercados

e) Eventual sazonalidade

Não se aplica.

f) Principais insumos e matérias primas, informando:

1. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1. Eventual dependência de poucos fornecedores

A IESA não possui dependência de poucos fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de poucos fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. Eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo, no preço das "commodities" (alumínio, petróleo - matéria prima do polipropileno e óleo isolante) ou da cotação da moeda americana (US\$), pois grande parte dos insumos são importados.

1.5 Principais clientes

RIO PARANÁ ENERGIA S.A. - CNPJ 23.096.269/0003-80

PROGT INDUSTRIAL LTDA – CNPJ 22.953.318/0001-20

VOITH HYDRO LTDA – CNPJ 03.400.080/0001-60

GE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA – CNPJ 17.692.901/0004-37

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia e suas controladas e coligadas estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

A Companhia e suas controladas e coligadas procuram executar todas as suas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Inepar através de sua controlada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A é parte de uma comunidade de empresas que não agride o meio ambiente dentro de sua atividade produtiva. E para criar uma cultura de respeito à natureza entre seus colaboradores nas suas unidades e em diversos empreendimentos, a empresa lançou a política ambiental.

Política Ambiental

A CONTROLADA IESA PROJETOS, RECONHECE A SUA RESPONSABILIDADE COM A QUALIDADE DE VIDA.

Por meio de suas ações proativas, mantendo sua tradição, a IESA reitera o seu compromisso com a preservação do Meio Ambiente, através da minimização dos

impactos ambientais decorrentes de seus processos, atendendo aos requisitos legais e outros requisitos assumidos pela organização.

Visando a Excelência Ambiental, a IESA compromete-se com a melhoria contínua de suas atividades, prevenindo a poluição e contribuindo ativamente para o desenvolvimento sustentável.

Através de:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- execução de suas atividades, com aplicação dos recursos necessários visando a otimização do uso dos recursos naturais, energéticos e minimizando os riscos ambientais e ocupacionais;
- Melhoria contínua dos processos de SGA (Sistema de Gestão Ambiental), através da identificação e controle das fontes de geração de impacto e resíduos que possam afetar a qualidade ambiental;
- Melhoria contínua do desempenho de SGA (Sistema de Gestão Ambiental), através do gerenciamento das ações integrando os interesses dos colaboradores, acionista, clientes e fornecedores;
- Estrutura adequada para o estabelecimento e revisão dos objetivos e metas para o contrato;
- Transparência na condução e comunicação dos assuntos de Segurança, Meio ambiente e Saúde no trabalho, de interesse das comunidades, nas áreas de influência do empreendimento contratado;
- Comunicação a todos os funcionários, em todos os níveis, com o objetivo de conscientizá-los da importância do assunto;
- Periodicamente analisada criticamente, para garantir que esteja apropriada e pertinente à organização.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Não houve receitas relevantes provenientes do exterior no período.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com as suas atividades operacionais**

Não há contratos relevantes a informar.

1.16 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Inepar S/A – Indústria e Construções – Em recuperação Judicial que são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Mensagem da Administração sobre resultados, recuperação judicial e perspectivas futuras.

2023 foi um ano em que a Companhia, no âmbito da Recuperação Judicial, concentrou-se no fechamento da venda das UPI's IPM e IOG, requisito muito importante para o soerguimento das empresas operacionais, bem como vem trabalhando intensamente na monetização dos seus ativos a fim de trazer um fluxo de caixa que permita a negociação com seus credores extraconcursais.

Vale lembrar que muito já foi alcançado nesse sentido durante a Recuperação Judicial, conforme descrito no Relatório da Administração.

Também foi um ano de maior concentração da atividade comercial em projetos que possam trazer o aumento da atividade operacional no curto prazo.

Acreditamos que ainda no primeiro semestre de 2024 já começaremos a sentir os efeitos dessa estratégia comercial, visto que no nosso mercado o período de prospecção de projetos de maior porte leva de 6 meses a 1 ano.

Estamos muito focados no aumento da atividade da fábrica de Araraquara, com aumento da equipe comercial e de orçamentos a fim de desenvolver novos projetos e principalmente novos clientes.

Por último, 2023 foi marcado pelo fim da punibilidade da Companhia em trabalhar com as empresas do Governo, o que nos possibilita o cadastramento, principalmente na Petrobras, que será de extrema importância para nossa retomada operacional, dado que historicamente este sempre foi nosso maior cliente.

Através das nossas empresas IESA Projetos e ENISA que atuam na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para a busca de novos clientes e também novas parcerias na área de engenharia, o que nos dará capacidade de orçamentação em produtos que tradicionalmente atuamos no passado recente, como equipamentos hidromecânicos e de movimentação de carga.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outro mercado que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário e esperamos ao longo de 2024 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara.

Com o fim da punibilidade, estamos preparando essas empresas operacionais para terem capacidade de prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia.

Nossas expectativas tem como base os novos investimentos que o Governo Federal vem anunciando proporcionando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas. Adicionalmente, o Governo Federal indica a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo.

Esperamos que essas expectativas não sejam frustradas por questões como instabilidade política, crise mundial, incertezas regulatórias e questões ambientais. No entanto, estamos otimistas com 2024.

Desempenho do exercício de 2023 e Principais Conquistas

1) Principais conquistas de 2023

- Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;
- Após a adesão à da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R\$ 720 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de setembro/25;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Leilão de venda das UPI's IPM/IOG, tendo o Consórcio liderado pela EUROINVEST CO (UK) LTD, sido declarado vencedor do Leilão pelo preço de US\$ 153 milhões e também foi concedido o prazo de pagamento de 75 dias úteis, com vencimento em maio/24;
- Constituição e preparação da empresa ENISA para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/Iesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente;
- Fim das punibilidades ocorridas em função da Lava-Jato, o que nos permitiu o início do recadastro junto aos órgãos governamentais, principalmente Petrobras, possibilitando nossa retomada desses mercados, fator essencial ao nosso soerguimento;
- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação em 2024, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.

2) Desempenho do Exercício de 2023

Fontes de receita

As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia e óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2023 uma receita bruta de R\$ 8,1 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2023 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2022, com a perspectiva de recuperação do nível de faturamento ao longo do exercício de 2024 em função da nossa maior carteira e também ao maior nível de propostas que estão sendo demandadas pelos nossos clientes, bem como a retomada de orçamentos junto às empresas do Governo.

Resultado Econômico

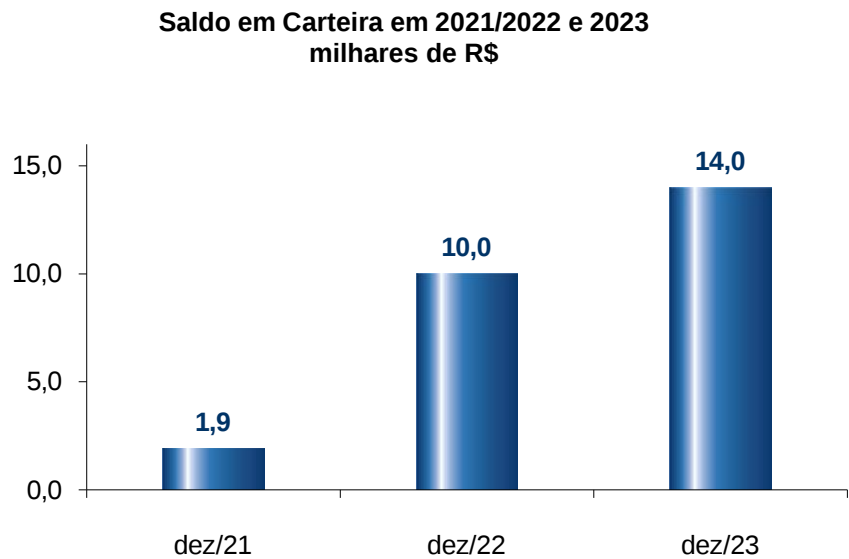
A Companhia apresentou lucro acumulado no exercício de 2023 de R\$ 477,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2022 foi apurado um prejuízo de R\$ 366,5 milhões. O lucro acumulado em 2023 foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ, no montante de R\$ 720 milhões que foram utilizados para pagamento das parcelas a vencer da Transação Tributária Individual assinado junto à PGFN. Neste exercício o resultado também foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 187,7 milhões em função do reconhecimento das correções

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e tributária.

Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 3,1 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela Companhia. Esperamos que 2024 seja o fim desse ciclo.

A carteira de pedidos apresenta uma evolução em comparação aos anos anteriores, conforme demonstrado abaixo:



Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Patrimonial de 31/12/23 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC.

Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes já foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço Gerencial Projetado

(Em milhares de reais)

ATIVO	Consolidado	
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado
	31/12/2023	31/12/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.041	2.041
Contas a receber de clientes	666	666
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	10.425	10.425
Impostos a recuperar	77.272	77.272
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	1.873	1.873
Total do Ativo Circulante	107.082	107.082
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	861.688
Impostos a recuperar	86.169	312.234
Depósitos judiciais	75.699	75.699
Outros créditos	6.578	1.469.987
Investimentos	235.589	235.589
Imobilizado	129.228	129.228
Intangível	391.573	391.573
Total do Ativo Não Circulante	1.059.523	3.609.997
Total do Ativo	1.166.605	3.717.079

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	861.688
Impostos a recuperar	86.169	312.234
Depósitos judiciais	75.699	75.699
Outros créditos	6.578	1.469.987
Investimentos	235.589	235.589
Imobilizado	129.228	129.228
Intangível	391.573	391.573
Total do Ativo Não Circulante	1.059.523	3.609.997
Total do Ativo	1.166.605	3.717.079

PASSIVO	Consolidado	
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado
	31/12/2023	31/12/2023
Circulante		
Fornecedores	65.079	65.079
Instituições financeiras	384.950	384.950
Debêntures	15.996	15.996
Obrigações sociais e trabalhistas	152.629	152.629
Obrigações fiscais e tributárias	132.909	132.909
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	36.011	36.011
Títulos a pagar	116.488	116.488
Outras contas a pagar	168.783	168.783
Total do Passivo Circulante	1.076.186	1.076.186
Não Circulante		
Instituições financeiras	219.954	219.954
Debêntures	255.192	255.192
Obrigações fiscais e tributárias	322.203	322.203
Partes relacionadas	127.217	127.217
Tributos diferidos	79.081	940.718
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisões para contingências	180.637	180.637

Notas Explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

- No Balanço Patrimonial de 31/12/23, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,463 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,530 bilhões, representando 62% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.
- Aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,379 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 62% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R\$ 861 milhões ao longo dos próximos anos.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/Iesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e, com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões e que, até a publicação deste Balanço, obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,030 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 100% da dívida exigível para encerramento da Recuperação Judicial, já foi devidamente liquidada, conforme demonstrado abaixo, e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos, bem como buscando recursos para liquidar o saldo dos credores das Classes I e IV, valores estes devidos pós biênio de fiscalização:

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 depositado judicialmente	Em discussão BNDES		R\$ 227,7
Classe III	-			R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 0,0	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

Neste cenário, em 17 de novembro de 2022, o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

Apesar da decisão em primeira instância do encerramento da recuperação judicial e, diante dos demais temas em curso no processo de Recuperação Judicial, temas estes essenciais para o efetivo soerguimento da empresa, foi interposto pelas Recuperandas um Recurso de Apelação, a fim de que fosse reconhecido que (i) a competência do Juízo da Recuperação Judicial se estende até o trânsito em julgado da decisão de encerramento, bem como para que (ii) o Juízo aprecie e profira decisões sobre constrições do patrimônio das Recuperandas, que ainda não foram objeto de julgamento, e, ainda para que (iii) o Juízo prossiga, nos autos principais ou em incidente apartado, com a alienação, via expedição de novo Edital, do ativo UPI IPM IOG, alienação esta essencial para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e das obrigações necessárias para a manutenção da atividade empresarial, cumprimento este que vai além do biênio adimplido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Assim, feitos estes esclarecimentos, verifica-se o cenário atual das Recuperandas, sendo manifesto que (i) esta continua trabalhando para o deslinde de operações e reestrutura necessárias para seu efetivo soerguimento e que, (ii) a Recuperação Judicial permitiu às Recuperandas adimplir e quitar passivos trabalhistas superiores a R\$ 200 milhões, sendo indubitável a importância da manutenção da atividade empresarial desenvolvida pelas Recuperandas, eis que referida atividade é fonte de geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação de bens e serviços.

É certo que ainda se faz necessária reestruturação final, que demanda alienação de ativos em curso e readequação operacional, inclusive com o enquadramento da área de atuação antes e pós referida alienação, mas estas operações e reestruturações se encontram totalmente vinculadas, dependendo uma da outra, sendo certo que o deslinde destes temas trará o efetivo soerguimento.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

A estratégia de manutenção do Leilão das UPI's IPM e IOG se mostrou correta, uma vez que havia um novo interessado, a Euroinvest, com proposta de compra das UPI's por US\$ 153 milhões.

Em dezembro de 2023 o juiz aceitou a proposta do Consórcio comprador, bem como concedeu o prazo requerido pelo Consórcio de 75 dias úteis para o efetivo pagamento.

Da Continuidade das operações

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas do Grupo Inepar/Iesa, terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade de forma mais acelerada e mais bem habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos:

- Encerrar a sua recuperação judicial;
- Recompôr a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um casamento entre os passivos e os ativos da companhia;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- A monetização de seus ativos judicializados que somam aprox. R\$ 4 bilhões;
- A monetização de outros ativos de sua propriedade.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas e a introdução de novos produtos, sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira, vai permitir que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

a) Outras ações em andamento.

a) A Administração da Companhia está em fase de busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;

c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.

d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

e) A Companhia está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.

f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.

g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.

h) Continuar na monetização de ativos financeiros, na busca de recursos.

b. estrutura de capital

A mudança positiva na estrutura de capital da INEPAR poderá ser verificada com as alterações nas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principais contas do ativo e passivo do balanço patrimonial do grupo nas demonstrações contábeis da INEPAR S/A Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial.

A variação percentual apresentada, deve-se ao fato da redução do valor dos ativos em função da pequena atividade operacional da empresa.

Endividamento e total de ativos Em R\$ mil	2023	2022	2021
Endividamento financeiro de curto prazo	384.950	390.730	355.788
Endividamento financeiro de longo prazo	219.954	232.367	249.613
Total	604.904	623.097	605.401
Total dos ativos	1.192.778	1.320.033	1.507.761
Proporção	51%	47%	40%

i. Hipótese de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

ii. Fórmula de cálculo do valor do resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observada as disposições legais.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme já descrito nos itens anteriores a empresa efetuou diversas monetizações com o objetivo de cumprir com os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial.

Destacamos ainda a monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço, obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além de recursos próprios, ou seja, gerado pela atividade operacional, a Companhia está cumprindo o programa de alienações de ativos previstos no Plano de Recuperação Judicial para gerar recursos necessários para cumprir as necessidades de capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme já descrito acima a Companhia está utilizando recursos de alienações de ativos para enfrentar possíveis deficiências de liquidez, bem como a monetização de ativos financeiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Endividamento financeiro de curto prazo	2023	2022	2021
Em R\$ mil			
Empréstimos e financiamentos	384.950	390.730	355.788
Debêntures	15.996	14.881	13.907
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-2.041	-1.019	-10.386
Total de curto prazo	398.905	404.592	359.309

Endividamento financeiro de longo prazo	2023	2022	2021
Em R\$ mil			
Empréstimos e financiamentos	219.954	232.367	249.613
Debêntures	255.192	238.625	227.310
Total de longo prazo	475.146	470.992	476.923

Estão incluídos nas dívidas lançadas no curto prazo os valores que estão a vencer nos próximos 12 meses bem como os valores que a Companhia está negociando com os bancos credores.

As dívidas correntes foram contraídas para utilização em capital de giro.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes (valores em R\$ mil)

Há um saldo de dívida junto ao BNDES reescalonado para pagamento em 235 prestações mensais, no valor de R\$ 44.682 mil na data base de 31/12/2023, conforme contrato celebrado em 13/05/2015.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Modalidade				
Ativo Permanente	249.704	234.213	249.705	234.214
Capital de Giro	678	769	135.245	156.516
Total Circulante	250.382	234.982	384.950	390.730
Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Modalidade				
Ativo Permanente	184.978	201.039	184.978	201.039
Capital de Giro	34.976	31.328	34.976	31.328
Total Não Circulante	219.954	232.367	219.954	232.367
Total de Empréstimos e Financiamentos	470.336	467.349	604.904	623.097
Por Data de Vencimento / Em negociação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos	250.382	234.982	384.950	390.730
Em até 12 meses	18.735	19.528	18.735	19.530
De 1 a 2 anos	26.957	26.069	26.957	26.069
De 2 a 3 anos	26.957	26.069	26.957	26.069
De 3 a 4 anos	26.957	26.069	26.957	26.069
De 4 a 5 anos	26.957	26.069	26.957	26.069
Acima de 5 anos	93.391	108.563	93.391	108.561
Total de Empréstimos e Financiamentos	470.336	467.349	604.904	623.097
Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reais - R\$	470.336	467.349	604.904	623.097
Total de Empréstimos e Financiamentos	470.336	467.349	604.904	623.097

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais, garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem como imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis de Magé e Macaé.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A classificação do nível de endividamento da Companhia como sendo de garantias reais, flutuantes e quirografárias, disposto no item 3.8 do formulário de referência, é de caráter informativo e na hipótese de liquidação, seguirá o destino de acordo com o grau de subordinação e classificação dos credores, conforme previsão legal.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As cláusulas e condições existentes nos contratos financeiros para fins de garantia não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As alterações significativas nas demonstrações financeiras consolidadas foram:

Para melhor entendimento e maior facilidade de verificação por parte dos acionistas sobre as variações, reproduzimos abaixo resumo do demonstrativo de resultado destacando itens de maior importância, de forma analítica vertical e horizontal dos últimos três exercícios

ANALISE VERTICAL (COMPARATIVA ANO/ANO ANTERIOR) - R\$ MIL	CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE CADA EXERCÍCIO								
	2023	V	H	2022	V	H	2021	V	H
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.483	100,00%	-39,54%	10.722	100,00%	-56,03%	24.385	100,00%	-41,56%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	-9.670	-149,16%	-47,02%	-18.251	-170,22%	15,51%	-15.801	-64,80%	44,56%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-3.187	-49,16%		-7.529	-70,22%		8.584	35,20%	
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-247.675	-3820,38%	-30,96%	-358.719	-3345,64%	-128,02%	1.280.229	5250,07%	7,56%
Gerais e Administrativas	-40.626	-626,65%	-15,45%	-48.047	-448,12%	-47,41%	-91.366	-374,68%	-33,42%
Despesas com Vendas	-1.200	-18,51%	-57,98%	-2.856	-26,64%	10,23%	-2.591	-10,63%	-33,83%
Despesas Financeiras Líquidas	-169.792	-2619,03%	-40,29%	-284.347	-2652,00%	122,19%	-127.974	-524,81%	75,50%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-24.493	-377,80%	138,91%	-10.252	-95,62%	-100,68%	1.503.149	6164,24%	-17,24%
Equivalência Patrimonial	-11.564	-178,37%	-12,51%	-13.217	-123,27%	1236,40%	-989	-4,06%	190,01%
RESULTADO OPERACIONAL	-250.662	-3866,45%	-31,56%	-366.248	-3415,86%	-128,42%	1.288.813	5285,27%	7,51%
RESULTADO ANTES DO IRPJ + CS	-250.662	-3866,45%	-31,56%	-366.248	-3415,86%	-128,42%	1.288.813	5285,27%	7,51%
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	477.469	7364,94%	-230,25%	-366.566	-3418,82%	-128,16%	1.301.954	5339,16%	20,33%

Apresentamos abaixo as principais variações nas contas patrimoniais:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EmR\$ mil						
ATIVO CIRCULANTE	2023 CONSOLIDADO	H	2022 CONSOLIDADO	H	2021 CONSOLIDADO	H
Caixaeequivalentes decaixa	2.041	6,36%	1.919	-81,52%	10.386	-47,13%
Clientes	666	-89,92%	6.605	44,53%	4.570	270,26%
Títulos areceber	9	0,00%	9	0,00%	9	-
Créditos deimpostos	77.272	0,51%	76.880	-2,68%	79.000	-3,96%
Estoques	10.425	43,91%	7.244	-18,93%	8.936	-20,76%
Dividendos areceber	14.796	0,00%	14.796	-5,73%	15.696	21401,00%
Despesas Antecipadas	314	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros créditos	1.559	2,16%	1.526	-77,90%	6.906	-67,01%
NÃOCIRCULANTE						
Clientes	133.999	0,00%	133.999	9,05%	122.881	0,00%
Partes relacionadas	0	0,00%	0	-100,00%	14.011	-87,36%
Títulos evalores mobiliários	688	0,00%	688	-9186,95%	8.462	0,00%
Tributos arecuperar	86.169	-7,65%	93.308	430,84%	89.454	165,47%
Depósitos Judiciais	75.699	-41,66%	129.764	-53,38%	278.320	100,23%
Outros créditos	6.579	0,00%	6.579	-0,38%	6.604	7260,10%
PERMANENTE						
Investimento	235.588	-3,05%	243.011	-2,48%	249.199	-4,69%
Imobilizado	129.228	-38,88%	211.446	-3,33%	218.719	-19,21%
Intangível	391.573	-0,17%	392.259	-0,40%	393.828	-0,53%
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	65.079	0,71%	64.619	-9,40%	71.325	-20,99%
Financiamentos eempréstimos	384.950	-1,48%	390.730	9,82%	355.788	55,93%
Salários eencargos sociais	152.629	6,06%	143.912	-3,84%	149.654	-54,82%
Impostos econtribuições arecolher	132.909	-54,44%	291.740	65,61%	176.161	80,78%
Dividendos propostos	3.341	0,00%	3.341	0,00%	3.341	0,00%
Adiantamentos declientes	36.011	8,65%	33.143	-4,77%	34.803	-73,97%
Títulos apagar	116.488	14,87%	101.406	-41,56%	173.512	-73,97%
Debêntures	15.996	7,49%	14.881	7,00%	13.907	-64,30%
Outras contas apagar	168.783	-0,64%	169.869	235,29%	50.664	16,22%
PASSIVO NÃOCIRCULANTE						
Financiamentos eempréstimos	219.954	-5,34%	232.367	-6,91%	249.613	-11,07%
Debêntures	255.192	6,94%	238.625	4,98%	227.310	16,84%
Encargos sociais	0	100,00%	0	-100,00%	2.404	-6,71%
Partes relacionadas	153.390	31,86%	116.328	-9,60%	128.686	58,18%
Impostos econtribuições arecolher	322.203	-61,99%	847.672	-5,53%	897.305	-19,74%
Provião paracontingências	180.637	10,68%	163.205	47,28%	110.816	67,32%
Tributos diferidos	79.081	-21,34%	100.532	4,33%	96.359	73,04%
Títulos apagar	14.960	0,00%	14.960	0,00%	14.960	100,00%
Provisão decustos eencargos	2.303	0,00%	2.303	0,00%	2.303	0,00%
Provisão parapassivo adescoberto	12.157	24,56%	9.760	27,47%	7.657	8,07%
Outras contas apagar	1.362	5,34%	1.293	19,28%	1.084	135,65%

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia e óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2023 uma receita bruta de R\$ 8,1 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2023 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2022, com a perspectiva de recuperação do nível de faturamento ao longo do exercício de 2024 em função da nossa maior carteira e também ao maior nível de propostas que estão sendo demandadas pelos nossos clientes, bem como a retomada de orçamentos junto às empresas do Governo.

A Companhia apresentou lucro acumulado no exercício de 2023 de R\$ 477,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2022 foi apurado um prejuízo de R\$ 366,5 milhões. O lucro acumulado em 2023 foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ, no montante de R\$ 720 milhões que foram utilizados para pagamento das parcelas a vencer da Transação Tributária Individual assinado junto à PGFN. Neste exercício o resultado também foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 187,7 milhões em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e tributária.

Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 3,1 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela Companhia. Esperamos que 2024 seja o fim desse ciclo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Consolidado Em 31 de dezembro de 2021	Geração / Equipamentos	Gás/ Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	11.385	15.768	27.153
Impostos/Deduções	(2.670)	(98)	(2.768)
Custos dos Produtos e Serviços	(11.870)	(3.931)	(15.801)
Total	(3.155)	11.739	8.584

Consolidado Em 31 de dezembro de 2022	Geração / Equipamentos	Gás/ Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	12.333	1.146	13.479
Impostos/Deduções	(2.713)	(44)	(2.757)
Custos dos Produtos e Serviços	(17.627)	(624)	(18.251)
Total	(8.007)	478	(7.529)

Consolidado Em 31 de dezembro de 2023	Geração / Equipamentos	Gás/ Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	8.106	-	8.106
Impostos/Deduções	(1.623)	-	(1.623)
Custos dos Produtos e Serviços	(9.150)	(520)	(9.670)
Total	(2.667)	(520)	(3.187)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita operacional bruta consolidada neste exercício atingiu o montante de R\$ 8,1 milhões contra R\$ 13,4 milhões no exercício de 2022, representando um decréscimo de aproximadamente 40 %. Este decréscimo as receitas da empresa estão relacionadas a não contratação de produtos a serem fabricados.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto que participa. Ressaltamos que o nosso negocio de produção de bens de capital, segue uma lógica de apuração da receita diferente das de produtos de consumo que trabalha com linha de produção. No nosso caso atentamos primeiro na longevidade do ciclo produtivo e segundo, na clientela específica que requer produto com

2.2 Resultados operacional e financeiro

especificações únicas para o seu projeto.

Nos últimos três anos não houve introdução de novos produtos e serviços que causaram grandes variações de receitas.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O nível de inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço de efeitos inflacionários através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que temos em carteira. Não podemos quantificar neste momento o impacto desse custo já que buscamos equilíbrio contratual junto aos clientes corrigindo sempre que possível às devidas altas inflacionária.

A variação cambial sobre insumos causa pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023: CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação** Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião com ressalva

Limitação de escopo de auditoria

a) Confirmações externas de endividamento bancário

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

b) Investimentos em controladas/ coligadas/ consórcios

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA) e das investidas da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (Cia Brasileira de Diques e FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, impedindo revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Incerteza Relevante quando à Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2023, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas as companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações financeiras apresentam resultado positivo de R\$ 477.425 mil, efeito esse dos tributos diferidos sobre o reconhecimento dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual conforme nota explicativa “20.2”, e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 969.104, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as

obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfases

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões.

Reconhecimento de Recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021,

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358 mil, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “29”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além dos assuntos descritos no parágrafo de “ênfase”, entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

a) Impairment dos ativos Imobilizado e Intangível

A companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 129.228 e R\$ 391.573 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de impairment desses ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado.

b) Débitos Tributários

A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa “17”.

Como o assunto foi Conduzido em nossa Auditoria

Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos, os registros contábeis dos valores envolvidos, tanto dos valores dos

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

parcelamentos como do reconhecimento dos prejuízos fiscais e sua compensação dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil.

b) Contingências

A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

Como o Assunto foi Conduzido em nossa Auditoria

Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas na constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes da auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor em seus resultados:

introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica

constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica

eventos ou operações não usuais

Não se aplica

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não se aplica

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não se aplica

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em agosto de 2023, a EUROINVEST propôs um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, em uma conta caução enquanto realiza o “due diligence” sobre os ativos, fato não ocorrido até momento.

Conforme Fato Relevante emitido em 23 de janeiro de 2024, informa que a Inepar concluiu com a regularização de uma empresa denominada INEEAU PROJECT MANAGEMENT SERVICES CO, com sede nos Emirados Árabes Unidos, com o objetivo de evoluir estudos e negócios naquela região, em especial na área de infraestrutura e demais acervos técnicos de capacidade da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação de Resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a. regras sobre retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, definido no artigo 191, da Lei nº 6.404/76, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, reserva essa que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 182, da Lei nº 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Dos lucros remanescentes será pago aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco) por cento do lucro líquido, apurado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos serão distribuídos anualmente

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não se aplica

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica

iii. contratos de construção não terminada

Não se aplica

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica

2.10 Planos de negócios

2.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não se aplica

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não se aplica

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

2.10 Planos de negócios

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não se aplica

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Ao emissor:

Principais riscos referentes à Companhia:

A INEPAR S/A Indústria e Construções é uma “*holding*” cujas empresas controladas e coligadas atuam no setor de óleo e gás, equipamentos pesados de hidrogeração, mineração e metro ferroviários. Atuando basicamente no setor de infraestrutura e produção de bens de capital, seus resultados poderão ser afetados por mudanças na política macroeconômica de investimentos públicos, tendo assim uma relação direta com o investimento público e o crescimento econômico do país.

As atividades industriais e de serviço das empresas da organização requerem além de mão de obra especializada, pesado investimento de capital, e está sujeito a riscos que são inerentes às operações de suas controladas e coligadas. Além disso, as atividades industriais estão sujeitas a um conjunto de fatores mercadológico e de políticas macroeconômicas que no geral, tem o potencial de afetar todos os setores da economia.

Portanto, a habilidade de gerar dividendos depende principalmente do resultado e dos fluxos operacionais de nossas controladas e coligadas.

Exposição a diversos setores industriais

A INEPAR por meio de suas controladas realiza industrialização, comercialização, projetos e fornecimento de bens de capital de equipamentos, sistemas e serviços destinados a diversos setores, como o de energia elétrica, óleo e gás, construção, siderurgia, mineração e metalurgia.

As atividades industriais e de serviço das empresas da organização requer além de mão de obra especializada, pesado investimento de capital, estando assim sujeita a riscos que são inerentes às operações de suas controladas e coligadas. Essas atividades industriais estão sujeitas a um conjunto de fatores mercadológicos e de políticas macroeconômicas governamentais que no geral, tem o potencial de afetar todos os setores da economia. Mais acentuadamente estamos suscetíveis aos desenvolvimentos no setor petroleiro e políticas de investimentos públicos para projetos de grande porte.

A cobertura de seguros da Companhia pode não ser suficiente para cobrir eventuais prejuízos em caso de interrupção de suas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. No entanto, a ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que eventualmente não estejam cobertas por tais apólices ou que excedam os limites seguráveis destas apólices poderão acarretar custos adicionais não previstos, podendo nos afetar adversamente.

Dependência de alguns executivos da Companhia / retenção de talentos

O desempenho e sucesso da Companhia dependem, em parte, dos esforços e da capacidade da alta Administração. Alguns membros da administração são essenciais, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias, desenvolvimento das operações e relacionamento com os clientes adquirentes de soluções complexas e de alta tecnologia. No evento de um desses membros deixar de exercer suas atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que poderá afetar seus resultados e condição financeira.

Riscos inerentes ao uso dos produtos (ex. refinarias, metroferroviários, etc)

A Companhia desenvolve serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infraestrutura e industrial, em especial nas áreas de óleo e gás, química e petroquímica, siderurgia, mineração e metalurgia.

Muito embora os produtos sejam desenvolvidos com base em padrões técnicos específicos que garantem a segurança, na posterior utilização dos mesmos eventuais acidentes, má-utilização ou falhas de manutenção poderão gerar perdas econômicas para os clientes da Companhia. Caso seja constatada que a origem da perda é de responsabilidade da Companhia, pode gerar a correspondente obrigação de indenizar os danos causados. Além de despesas naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa, existe ainda a possibilidade de danos à imagem da Companhia por ações de responsabilidade civil.

Dependência de grandes investimentos de capital e despesas de manutenção

A INEPAR manteve ao longo dos anos, crescimento das receitas e resultados operacionais, focando no seu “core business” e alianças com parceiros estratégicos. O modelo de negócios da Companhia requer grande investimento de capital e sua estratégia de crescimento poderá demandar dispêndios de capital significativos em seus negócios e operações. O crescimento das operações das controladas tem exigido investimento de montantes significativos na implantação de sistemas de controles internos, e na expansão e adaptação dos nossos processos administrativos, de custos, operacionais e financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se não obtiver caixa suficiente das suas operações, poderá ter capacidade limitada para obter o capital necessário para suportar futuras operações.

As condições das fontes de recursos disponíveis no mercado brasileiro podem não ser aceitáveis para a nossa estrutura. Muito embora as taxas de juros tenham diminuído acentuadamente nos últimos anos, ainda continuam em média acima dos países desenvolvidos, podendo ainda sofrer viés de alta. Sendo que parte da dívida está atrelada à taxa Selic, qualquer aumento resultaria num aumento nas despesas com juros e amortização, limitando a capacidade da Companhia de suportar as pressões competitivas, o que a tornaria mais suscetível aos desaquecimentos dos setores industriais nas quais atua, especialmente em óleo e gás. Na falta de acesso às linhas de crédito de mercado ou aumento no custo de financiamento além do nosso custo financeiro atual, inclusive devido à instalação de uma crise financeira, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas.

Se a Companhia não for capaz de gerar suficiente caixa através de suas operações ou obter recursos adicionais, poderá ser forçada a aplicar medidas contingenciais como reduzir ou atrasar seus desembolsos de capital, vender seus ativos ou reestruturar suas dívidas, sendo que qualquer um desses eventos poderia afetar adversamente seus negócios e sua situação financeira.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de taxas e índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações da margem comercial das operações.

Atualmente grande parte da dívida bancária é de longo prazo com o BNDES e se encontram em negociações.

Quanto as dívidas tributárias a empresa têm aproveitado as oportunidades de refinanciamento dos passivos, através do programas refis e parcelamentos especiais para as empresas em recuperação judicial.

Além do risco de alta de juros no mercado, existe também o risco de não obtenção de capital adicional a custo efetivo menor, o que poderá onerar os resultados da Companhia no futuro.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

O grupo de controle pode ter interesses diferentes dos demais acionistas, podendo, independentemente do consentimento de outros acionistas, decidir sobre matérias:

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 2020, aproximadamente 15% do capital da INEPAR era de titularidade da IAP (INEPAR Administração e Participações S.A.) cujos sócios são os fundadores da Companhia. Este acionista tem poderes suficientes para aprovar ou rejeitar matérias que, por lei ou por estatuto, deva ser submetida à deliberação dos acionistas, incluindo:

- a eleição e destituição da maioria dos membros do conselho de administração;
- a distribuição de dividendos;
- o estabelecimento de diretrizes e estratégias de negócio; e
- a aprovação de operações de fusão, cisão e incorporação e a venda de parte ou da totalidade de nossos ativos.

c. A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários poderão limitar a capacidade de venda dos títulos da companhia nos preços e momentos desejados.

Atualmente, o mercado para a negociação de ações de emissão da INEPAR apresenta liquidez. Não podemos garantir que este mercado se desenvolverá para ser suficientemente ativo e líquido no futuro. Assim como todo o ativo de mercado, existe um risco inerente ao próprio ativo, como também um risco não sistemático, e os investidores poderão eventualmente enfrentar dificuldades para negociar com essas ações ou ser obrigados a negociar a preços diferentes daqueles que poderiam obter em um mercado com maior liquidez.

d. Às suas controladas e coligadas

Nossas parcerias podem não ser bem sucedidas em função de fatores diversos.

O mesmo risco inerente às operações das controladas se estende às suas parcerias e “joint-ventures” e não podemos assegurar que as operações dessas parcerias sejam bem sucedidas e produzirão os resultados esperado.

Os riscos relacionados às parcerias e “joint-ventures” incluem, dentre outros: (i) habilidade em manter um bom relacionamento com os parceiros (atuais e futuros); (ii) dificuldades financeiras dos parceiros, que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais de nossa parte; (iii) divergência de interesses econômicos e comerciais entre a Companhia e seus parceiros; (iv) responsabilização, em circunstâncias e condições específicas, pelas obrigações das empresas relacionadas, especialmente as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de defesa do consumidor; e (v) existência de passivos ocultos (não previamente

4.1 Descrição dos fatores de risco

identificados nas auditorias realizadas nas sociedades ou empreendimentos nos quais a Companhia vier a investir). A ocorrência de tais riscos poderá afetar o resultado estimado ou poderá resultar na perda de investimentos realizados em tais parcerias.

e. A seus fornecedores

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:

A Companhia busca sempre efetivar aquisições de empresas já estabelecidas para evitar disrupção na qualidade e na entrega física. Dependemos de vários fornecedores chaves para o desenvolvimento do nosso negócio, muitos dos quais mantemos relacionamentos estratégicos de longo prazo. Não obstante, no que tange a commodities como por exemplo o aço, a falta de suprimento ou delonga na entrega pode causar atraso na produção, nas entregas a nossos clientes e conseqüentemente impactar nos contratos e no resultado.

A Companhia não tem prática de especulação sendo que as aquisições, mesmo as de *commodity*, são efetuadas para suprir demanda gerada por contratos de venda. Portanto o risco para nossos fornecedores é restrito à realização dos contratos dentro dos termos e condições das aquisições. Riscos decorrentes de oscilações (aumento) no preço das *commodities* podem gerar efeitos negativos no custo dos produtos e no resultado da Companhia.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram constantemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços, e por vezes, utiliza-se de importações quando necessário, para diminuir e equilibrar o seu custo.

f. A seus clientes

As operações das empresas controladas tem seus faturamentos fortemente concentrado no setor de óleo e gás e projetos estatais de grande porte. Nesse sentido, dependem dos investimentos públicos, notadamente da Petrobras.

A solidez e tradição da nossa Companhia bem como o seu marcante desempenho no mercado brasileiro como uma entidade que garante o produto que industrializa, produzindo excelência tecnológica, faz com que clientes continuem a assumir contratos conosco, inclusive de portes cada vez maior.

Não obstante, pode haver risco comercial como disrupção temporária de contratos por falta de matéria prima, greves e devido a fatores relevantes não conhecidos no momento.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

As empresas controladas e coligadas atuam num segmento de alta concorrência, mas de acesso restrito devido ao alto nível de capital necessário, tecnologia avançada e principalmente, devido à estrutura imperfeitamente-competitiva (*oligopólio*) do segmento no mercado brasileiro, sendo que os maiores competidores são os grandes grupos na área de construção. Operamos num ambiente que está sujeito a mudanças de tecnologia e capital que visam diminuição dos custos de produção e portanto, a competitividade internacional é muito prevalente no segmento.

Recentemente observa-se a entrada de grandes conglomerados multinacionais, incluindo fabricantes de produtos substitutos, o que pode gerar efeitos adversos aos nossos negócios. E como o mercado em que atuamos é caracterizado por avanços tecnológicos constantes, existe risco de maior competitividade com tecnologia mais avançada que reduz o custo e conseqüentemente os preços, o que nos deixaria vulneráveis.

Não obstante, devido à estrutura da Companhia, seu know-how e penetração de mercado, consideramos que o risco que enfrentamos perante os vários setores da economia, tem sido superado pela gestão estratégica e visão de negócios dos controladores, produzindo sinergia e inovação perante clientes e mercado.

Uma queda substancial ou prolongada nos preços do óleo e gás natural pode nos afetar significativa e adversamente.

Por ter suas receitas fortemente concentradas no setor de óleo e gás, a lucratividade, acesso a capital e futura taxa de crescimento da Companhia serão influenciadas pelo preço que seus clientes receberem pela produção de óleo e gás natural. Historicamente, os mercados de óleo e gás natural tem sido voláteis e continuarão a ser voláteis no futuro. Os preços pagos pela produção e os níveis da mesma dependem de vários fatores além de nosso controle. Esses fatores incluem, dentre outros, os seguintes:

- alterações na oferta e demanda global de óleo e gás natural;
- atos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);
- condições financeiras globais;
- condições políticas e econômicas, inclusive embargos, nos países produtores de petróleo países ou que afetem outros países;
- atividades produtoras de petróleo, especialmente no Oriente Médio, África, Rússia e América do Sul;
- nível da atividade global de exploração e produção de óleo e gás natural;
- níveis globais dos estoques de óleo e gás natural;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- condições climáticas e outros desastres naturais;
- avanços tecnológicos que afetem o consumo de energia;
- regulamentação governamental nacional e estrangeira;

h. A regulamentação dos setores em que o emissor atue

Nossas atividades estão sujeitas à regulamentação ambiental, de segurança e sanitária, a qual pode se tornar mais rígida no futuro e causar um aumento das responsabilidades e gastos de capital, inclusive indenização e multas por dano ambiental.

As atividades da Companhia e suas controladas estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal, a qual poderá se tornar mais restritiva nos próximos anos, especialmente no tocante ao meio-ambiente. Em relação à responsabilidade civil, as leis ambientais brasileiras adotam um regime de responsabilidade objetiva. De acordo com a legislação aplicável, não há limitação no montante da indenização devida em relação à responsabilidade ambiental, e se ficar impossibilitada de evitar ou reparar danos ambientais de modo integral, a Companhia poderá ser obrigada a suspender as operações ou ainda, a tomar medidas de cumprimento temporário até concluir o saneamento exigido.

Apesar de tomarmos todas as medidas previsíveis para operar dentro das normas estabelecidas, existe risco ambiental inerente nas nossas operações. Possíveis mudanças na legislação ou regulamentação ambiental podem causar aumento de despesas para o seu cumprimento. Além disso, sanções ou eventual pagamento de multas, podem reduzir os recursos disponíveis à Companhia para investimento e desenvolvimento e podem ter um efeito adverso significativo sobre seu negócio.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, pois a companhia atua, no momento, principalmente em território brasileiro.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 INDICAÇÃO DOS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Assim, é realizado constante monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item “4.1”.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Assim, é realizado constante monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item “4.1”.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Vide informações no item 4.5 do FRE

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	60.016	32.620	163.205	110.816
Adições/Baixas	13.729	27.396	17.432	52.389
Saldo Final	73.745	60.016	180.637	163.205

	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	905	19.258	3.993	21.947	113.965	72.949	133.450	73.823
Tributárias	181.898	35.066	464.744	14.434	276.432	52.674	553.819	32.142
Cíveis	414.352	19.421	150.693	23.634	563.624	54.931	267.862	56.689
Outras	-	-	-	-	-	83	-	551
	597.155	73.745	619.430	60.016	954.022	180.637	955.131	163.205

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 113.965 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos item 4.4 , analisar o impacto em caso de perda e informar valores envolvidos.

A Companhia e suas controladas não são parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos na seção 4.4 deste formulário.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

A Companhia não possui outras contingências relevantes além daquelas listadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Não se aplica.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não houve alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.3 Programa de integridade

5.3 Programa de integridade

Todas as informações foram descritas nos tópicos acima.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Todas as informações relevantes foram descritas nos tópicos anteriores.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Programa de integridade

Código de Ética e Política Anticorrupção

5.5 Outras informações relevantes

CÓDIGO DE ÉTICA E POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO



Revisão 01- Abr/2024

5.5 Outras informações relevantes

Índice

1. Aplicação do Código de Ética e Política Anticorrupção 3

2. Canal de Denúncias 3

3. Ambiente de Trabalho, Bens e Responsabilidade Social 4

4. Saúde, Qualidade de Vida, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente 5

5. Conflito de Interesses 6

6. Confidencialidade das Informações Privilegiadas 6

7. Privacidade e Proteção de Dados 7

8. Livros e Registros Internos 8

9. Política Anticorrupção 8

 9.1. Corrupção – Tipos e Formas 9

 9.2. Combate à Lavagem de Dinheiro 10

 9.3. Relacionamento com a Administração Pública 10

 9.4. Relacionamento com Terceiros e Respeito às Normas de Concorrência 11

 9.5. Participação em Licitações Públicas 12

 9.6. Contribuições Políticas, Doações e Patrocínios 13

 9.7. Oferecimento e Recebimento de Cortesias Comerciais 13

10. Sanções Aplicáveis 14

11. Disposições Finais 15

5.5 Outras informações relevantes

1. Aplicação do Código de Ética e Política Anticorrupção

Este Código de Ética e Política Anticorrupção, doravante apenas intitulado como “Código” deve ser lido e cumprido por todos os colaboradores que fazem parte das empresas vinculadas às Organizações Inepar, além de terceiros, representantes comerciais, parceiros comerciais, bem como quaisquer outros que atuem em nome das Organizações ou que mantenham, ou queiram manter, relações comerciais, visando assegurar que os negócios sejam conduzidos à luz das normas legais, da ética e segundo as melhores práticas de governança.

A aplicação deste Código abrange todas as atividades desenvolvidas no Brasil e/ou no exterior.

As responsabilidades de cada colaborador e/ou terceiro estão definidas ao longo deste Código, devendo ser observadas diariamente, de acordo com a legislação vigente e demais normas internas de cada empresa pertencente às Organizações Inepar.

Destaca-se que nenhum código consegue abranger todas as situações possíveis que envolvam condutas éticas e de anticorrupção. E, dessa forma, as Organizações Inepar esperam que todos os seus colaboradores exerçam vigilância e julgamento cautelosos no transcorrer de suas atividades profissionais.

Para esclarecer qualquer dúvida ou preocupação, crítica ou sugestão sobre este Código, entre em contato com o seu gestor direto, com o Comitê de Compliance, ou ainda com o Diretor Presidente das Organizações.

2. Canal de Denúncias

É responsabilidade de todos os colaboradores e terceiros comunicar imediatamente qualquer conduta que viole ou que possa infringir qualquer lei, este Código ou alguma política interna.

Qualquer violação ou suspeita de violação a este Código, a qualquer política ou a qualquer lei, deve ser imediatamente reportada através do Canal de Denúncias das Organizações Inepar, cujo acesso se encontra disponível no site das empresas que integram as Organizações Inepar, na aba Programa de Integridade.

Ao clicar no Programa de Integridade, automaticamente será direcionado à página do Programa de Integridade das Organizações Inepar, com simples e fácil acesso ao Canal de Denúncias, que poderá ser utilizado, pelo telefone ou pela Internet, para reportar os atos e condutas identificadas em qualquer das empresas das Organizações Inepar.

5.5 Outras informações relevantes

O acesso ao Canal de Denúncias, seja pelo telefone ou pela internet é gratuito e está disponível 24 horas por dia, e os relatos podem ser realizados de forma identificada ou anônima, se assim a pessoa desejar.

As Organizações Inepar asseguram que o colaborador que realizar uma denúncia não será prejudicado, não permitindo qualquer tipo de retaliação em razão de uma denúncia ou da comunicação legítima de uma suspeita ou preocupação através do Canal de Denúncias.

3. Ambiente de Trabalho, Bens e Responsabilidade Social

As Organizações Inepar se comprometem a respeitar o direito à individualidade, à privacidade e à dignidade de seus colaboradores e terceiros, não tolerando qualquer forma de assédio, discriminação de qualquer gênero, violência física, verbal, ameaças ou quaisquer ações que possam configurar violação aos direitos humanos.

Prezamos por um ambiente de trabalho livre de constrangimentos, com tratamento respeitoso e digno, independentemente da posição hierárquica, cargo ou atividade, de forma a reconhecer e a aceitar a diversidade, sempre preservando a integridade física, moral e psicológica dos colegas de trabalho. Não permitimos discriminação de qualquer natureza, em razão de raça, cor, nacionalidade, origem, religião, sexo ou orientação sexual, classe social, estado civil, idade, peso, altura, deficiência física ou quaisquer outras características pessoais e ideológicas.

Qualquer tipo de constrangimento e coação no ambiente de trabalho, sujeita os infratores às sanções e penalidades previstas neste Código.

Caso observe ou tome conhecimento de alguma dessas situações, utilize o Canal de Denúncias ou entre em contato com o Comitê de Compliance.

As Organizações Inepar disponibilizam para uso de seus colaboradores bens e recursos adequados às atividades desenvolvidas por cada um, cabendo o seu uso correto e devendo zelar pelos recursos disponibilizados, evitando quaisquer desperdícios, sendo certo que o uso dos bens para benefício pessoal é vedado. Uso dos recursos deverá, portanto, estar rigorosamente vinculado à atividade profissional desenvolvida no âmbito de cada empresa pertencente às Organizações, sendo certo que todos os dados ali produzidos serão de propriedade e de livre acesso das Organizações Inepar.

Em nenhuma hipótese os bens e recursos fornecidos pelas empresas integrantes das Organizações Inepar podem ser desviados para utilização pessoal ou para finalidades ilícitas.

Colaboradores e terceiros devem cumprir com sua responsabilidade social e zelar pela reputação de cada empresa integrante das Organizações Inepar, por meio da realização tempestiva de seus deveres, e realização de trabalhos com qualidade, sempre

5.5 Outras informações relevantes

prestando bons serviços, evitando desperdícios e respeitando o meio ambiente, os valores culturais, os direitos humanos e a organização social nas comunidades.

O trabalho infantil, a exploração sexual infantil, o trabalho escravo ou análogo são inadmissíveis em qualquer das empresas pertencentes às Organizações Inepar ou ainda em seus fornecedores, prestações de serviços e parceiros comerciais.

As Organizações Inepar acreditam no uso sustentável do meio ambiente como condição primordial ao desenvolvimento e sucesso de seus negócios, comprometendo-se a protegê-lo e, ainda, a mitigar eventuais impactos adversos decorrentes de suas atividades.

4. Saúde, Qualidade de Vida, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente

No desempenho de suas atividades profissionais, todos os colaboradores e terceiros devem conhecer e cumprir os requisitos relacionados à proteção ambiental, à segurança no trabalho e à sua própria saúde, atuando de forma responsável, sem violar leis, regulamentos ou normas de proteção ambiental, de saúde e segurança no trabalho.

As Organizações Inepar cumprem integralmente a legislação trabalhista, fornecendo um local de trabalho seguro e saudável aos seus colaboradores e terceiros. Disponibiliza e reforça a importância do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Respeita as leis e regulamentos de segurança do trabalho que visam proteger a integridade física dos seus colaboradores, terceiros, representantes comerciais, parceiros comerciais ou quaisquer pessoas que ingressem nas instalações das empresas que fazem parte das Organizações Inepar.

Caso o colaborador identifique que para a execução de uma determinada atividade não haja condições suficientes de segurança para a sua realização, as Organizações Inepar garantem o seu direito de recusa até que seja definitivamente solucionada a questão pelas áreas responsáveis.

É obrigação de cada colaborador participar das campanhas de prevenção, bem como comparecer aos exames periódicos, atender as recomendações médicas e cumprir os períodos de afastamento necessários à integridade de sua saúde.

Em caso de acidentes ou fiscalizações, o colaborador deve prontamente comunicar as áreas responsáveis pela segurança do trabalho e/ou ambiental.

As Organizações Inepar proíbem o uso de drogas ilícitas, substâncias entorpecentes ou bebidas alcoólicas. É expressamente proibido fumar em qualquer ambiente fechado das dependências das empresas vinculadas às Organizações.

É terminantemente proibido portar armas de qualquer espécie nas dependências das empresas vinculadas às Organizações Inepar, sendo admitida como

5.5 Outras informações relevantes

única exceção aos profissionais de segurança legalmente autorizados e habilitados para este fim.

As instalações das empresas integrantes das Organizações Inepar são protegidas por vigilância e guarda patrimonial. É dever de todos os colaboradores e terceiros preservarem os bens das Organizações Inepar.

Caso presencie ou tome conhecimento de algum ato criminoso ou de vandalismo nas dependências nas empresas integrantes das Organizações, que não tenha sido devidamente tratado pela segurança, utilize o Canal de Denúncias ou entre em contato com o Comitê de Compliance.

5. Conflito de Interesses

O conflito de interesses ocorre quando a vontade de obter vantagens ou ganhos visando os interesses pessoais de um colaborador ou de um terceiro são opostos ou conflitantes aos interesses das Organizações Inepar, o que acaba por gerar um possível favorecimento particular em detrimento dos interesses das empresas pertencentes às Organizações, podendo causar-lhes prejuízos ou danos.

As relações dos colaboradores das Organizações Inepar com terceiros, representantes comerciais, fornecedores, parceiros comerciais, entre outros, bem como a utilização de recursos, equipamentos e materiais, o regular desenvolvimento das atividades durante as horas de trabalho, a contratação de pessoal, dentre outros, devem ser pautadas por critérios éticos, técnicos, objetivos e imparciais.

Os colaboradores também devem evitar atitudes que possam gerar conflitos de interesses das empresas integrantes das Organizações Inepar com o Poder Público.

É de extrema importância a transparência do colaborador ou de terceiro com o Comitê de Compliance para solucionar uma situação de aparente conflito de interesses.

Portanto, caso tenha conhecimento de alguma situação, seja por um fato que já aconteceu ou por uma circunstância que ainda não se concretizou e que possa parecer um conflito entre interesses pessoais e das Organizações Inepar, utilize o Canal de Denúncias ou entre em contato com o Comitê de Compliance.

6. Confidencialidade das Informações Privilegiadas

Todos os colaboradores e terceiros têm o dever de manter o sigilo sobre todos os assuntos das empresas pertencentes às Organizações Inepar a que tenham acesso e a confidencialidade de seus negócios que não tenham sido produzidos para divulgação pública, ou até que as empresas expressamente autorizem sua divulgação.

Portanto, toda e qualquer informação que seja considerada confidencial e privilegiada deverá ser utilizada em estrito cumprimento das atividades profissionais.

5.5 Outras informações relevantes

O uso de credenciais fornecidas, tais como crachá e senha, é de uso individual e intransferível, sendo proibido seu compartilhamento.

Caso haja vazamento de alguma Informação confidencial ou privilegiada, comunique imediatamente o Comitê de Compliance, a área jurídica e a diretoria envolvida.

7. Privacidade e Proteção de Dados

As Organizações Inepar observam as determinações da Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, no tratamento dos dados pessoais, para o fim exclusivo de formalizar e concretizar a relação de trabalho com seus colaboradores ou para formalizar e concretizar as relações contratuais com terceiros, fornecedores e parceiros de negócios.

As empresas pertencentes às Organizações Inepar possuem Política de Privacidade que poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual convida os colaboradores a consultar periodicamente este documento interno.

Todos os colaboradores, terceiros, fornecedores e parceiros comerciais são responsáveis pela segurança da informação, devendo:

- respeitar o sigilo da correspondência eletrônica e das comunicações individuais, primando pela proteção de dados e privacidade;
- não obter, armazenar, utilizar ou repassar material que tenha conteúdo sexual, racista, homofóbico e contra a liberdade religiosa ou que atentem contra a diversidade;
- não obter ou propagar intencionalmente softwares maliciosos;
- não invadir, violar sistemas ou controles de segurança, buscar vulnerabilidades, monitorar, quebrar ou obter senhas de sistemas ou computadores;
- não fornecer ou utilizar senhas de terceiros para sistemas ou computadores;
- não elaborar ou publicar em meios digitais conteúdos que contrariem os interesses das Organizações Inepar.

Qualquer descumprimento ou violação da Política de Privacidade ou fato que possa colocar em risco a segurança das informações das empresas pertencentes às Organizações Inepar deverão ser comunicados imediatamente a área de Gestão de Segurança da Informação ou através do Canal de Denúncias.

5.5 Outras informações relevantes

8. Livros e Registros Internos

Os registros financeiros e contábeis das empresas pertencentes às Organizações Inepar são pautados pela transparência, ética e integridade. Todas as operações realizadas são registradas de maneira precisa e justa, e devidamente documentadas de acordo com os normativos contábeis dos órgãos públicos, sejam na esfera federal, estadual e/ou municipal.

É terminantemente proibida qualquer alteração dos registros contábeis e financeiros ou de qualquer ato que possa ocultar transações realizadas.

É dever de todos os colaboradores cooperar integralmente com as solicitações de auditores externos e internos, dos administradores, da área jurídica e do Comitê de Compliance, ou de qualquer outro colaborador ou terceiro, desde que devidamente autorizado a realizar tal solicitação.

É ainda de responsabilidade de todos os colaboradores, terceiros, representantes comerciais, fornecedores, parceiros comerciais, entre outros o armazenamento correto e seguro de documentos e informações comerciais e negociais das empresas integrantes das Organizações Inepar, sendo fundamental que todos os contratos sejam realizados por escrito, seja por meio físico ou meio digital.

Quanto ao descarte de documentos e registros, este só pode ocorrer após o término do período de retenção estipulado pelas autoridades ou pelas Organizações Inepar, devendo sempre atender as regras deste Código. Caso tenha dúvidas procure o Comitê de Compliance, a área jurídica ou a diretoria envolvida.

9. Política Anticorrupção

As Organizações Inepar estão comprometidas com as Leis Anticorrupção vigentes.

Legislação Anticorrupção: Código Penal (Decreto-Lei nº 2848/1940), Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998), Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011), Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei nº 12.462/2011), Lei de Conflitos de Interesses (Lei nº 12.813/2013), Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), Decreto Federal nº 8.420/2015, e outras leis de natureza similar que sejam aplicáveis.

É dever de todos os colaboradores, terceiros, representantes comerciais, fornecedores, parceiros comerciais, entre outros, respeitar os normativos aplicáveis sobre corrupção em conjunto com este Código, sempre realizando negócios de forma honesta, transparente e ética.

5.5 Outras informações relevantes

Desta forma, as Organizações Inepar apresentam a sua Política Anticorrupção, que deverá ser consultada a qualquer tempo para ajudar no conhecimento dos tipos e formas de corrupção existentes e para compreender quais ações podem ajudar na sua prevenção. Além da leitura deste Código, o Comitê de Compliance está à sua disposição para ajudar a esclarecer qualquer dúvida.

O seu comprometimento com as Organizações Inepar é primordial para o avanço e crescimento dos negócios realizados pelas empresas a ela vinculadas. Portanto, utilize o Canal de Denúncias caso tome conhecimento de alguma situação que viole esta Política Anticorrupção.

9.1. Corrupção – Tipos e Formas

Para fins desta Política, corrupção pode ser entendida como a prática, direta ou indireta, contra à Administração Pública, a fim de obter ou conceder vantagem, favores ou benefício.

Este crime possui duas modalidades: ativa e passiva. O que diferencia é que uma é praticada pela pessoa que corrompe e outra pela pessoa que se deixa corromper, respectivamente. E seus tipos são: i) Corrupção Ativa que consiste na ação do agente privado em oferecer, prometer ou dar, direta ou indiretamente, compensações ilícitas em troca de vantagens pessoais a um agente público nacional ou estrangeiro, ou à terceira pessoa, em troca de benefícios pessoais ou a outros; e, ii) Corrupção Passiva que consiste em crime praticado contra a Administração Pública por agente público, ou seja, se trata do ato de solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, alguma espécie de benefício ou vantagem indevida.

Qualquer conduta que possa ser enquadrada nessa definição é proibida pelas leis aplicáveis e está em desacordo com os padrões e princípios éticos adotados pelas Organizações Inepar.

Todos que estejam submetidos a este Código estão proibidos de praticar qualquer ato de corrupção.

Lembrando que agente público é todo aquele que exerce função pública, de forma temporária ou permanente, com ou sem remuneração, independentemente do cargo ou do vínculo estabelecido. Inclui, mas sem se limitar a: i) qualquer indivíduo que atue no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário; ii) qualquer indivíduo que atue em empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações públicas; iii) qualquer indivíduo que atue em concessionária de serviços públicos, tais como empresas de distribuição de energia elétrica ou qualquer instituição de ensino ou saúde; iv) qualquer candidato a cargo público ou qualquer membro de partido político; v) qualquer indivíduo que atue em representações diplomáticas ou em entidades estatais de país estrangeiro, bem como atue em qualquer empresa que seja controlada pelo

5.5 Outras informações relevantes

poder público em um país estrangeiro; e, vi) todo indivíduo que atue em organizações públicas internacionais.

Já as formas de corrupção são: i) A vantagem indevida que se trata de qualquer vantagem, enriquecimento ou favorecimento ilícito e as Organizações Inepar proíbem expressamente o pagamento, a oferta ou promessa de pagamento ou oferta de dinheiro, presente ou benefício cujo objetivo é obter vantagem indevida, com intuito de corromper; ii) O pagamento para facilitações, também conhecido como taxa de urgência e se trata de pagamento a autoridades públicas, visando incentivar, facilitar ou acelerar o resultado de uma ação governamental que independe da decisão do agente público e que a empresa possua direito garantido por lei. Os valores requeridos nesta situação são normalmente pequenos, que também são considerados subornos por muitas leis de combate à corrupção e os colaboradores, em nenhuma hipótese, estão autorizados a realizar pagamentos de facilitação, sendo aplicada esta mesma regra a terceiros e parceiros que atuam em nome das empresas vinculadas às Organizações Inepar; e, iii) O tráfico de influência é um crime cujo o objetivo é influir em ato praticado por agente público no exercício da função, sendo que o simples ato de insinuar e ter a intenção já configura crime, independentemente do fato de ter ou não alcançado o resultado esperado.

9.2. Combate à Lavagem de Dinheiro

De acordo com a legislação brasileira, a lavagem de dinheiro é considerada crime.

Consiste na tentativa de disfarçar a origem de recursos financeiros ilegais, tais como prática de corrupção, tráfico de drogas, falsificação de dinheiro, roubo, entre outros.

Neste sentido, as Organizações Inepar acreditam que a atuação no combate e prevenção à lavagem de dinheiro é uma forma de combater a corrupção, por isso detém mecanismos para identificar e bloquear recursos ilícitos. Ainda vale reforçar que as Organizações Inepar se comprometem a colaborar com as autoridades públicas, sempre que necessário, fornecendo informações sobre transações de seus clientes, bem como comunicar as autoridades competentes sempre que identificado algum tipo de operação suspeita.

9.3. Relacionamento com a Administração Pública

As Organizações Inepar exigem que a interação de seus colaboradores com a Administração Pública e agentes públicos aconteça de forma ética e com rigorosa legalidade.

Os colaboradores devem agir corretamente em todos os seus contatos com agentes públicos, como durante a obtenção ou renovação de licenças ou autorizações, participação em licitações ou contratos públicos, acompanhamento de fiscalizações e processos judiciais ou administrativos, entre outros.

5.5 Outras informações relevantes

O colaborador que representar uma das empresas pertencentes às Organizações Inepar perante agentes públicos em audiências ou reuniões deve contar com a presença de no mínimo mais um colaborador e formalizar por escrito o encontro, por e-mail ou junto à entidade correspondente, observando-se, ainda, todas as regras expostas neste Código.

9.4. Relacionamento com Terceiros e Respeito às Normas de Concorrência

Qualquer empresa pretencente às Organizações Inepar poderá ser responsabilizada por ato de terceiros atuando em seu nome. Assim, todas as decisões comerciais devem ser baseadas no mérito, inclusive a seleção de parceiros de negócio, fornecedores ou qualquer outro terceiro que representará ou de qualquer maneira atuará em nome das empresas das Organizações Inepar.

Todo acordo com parceiro comercial, representante ou qualquer terceiro que representará ou atuará em nome das empresas das Organizações Inepar incluindo consultores, fornecedores ou despachantes deverá ser executado por escrito, descrevendo os serviços a serem prestados, a base do pagamento, os valores a serem pagos e qualquer outra informação relevante, demonstrando equivalência razoável entre o valor pago e os serviços prestados.

Todo pagamento feito aos terceiros acima classificados deverão ser feitos por meio de depósito bancário no país onde os serviços foram prestados e perante apresentação de nota fiscal. Pagamentos não poderão ser efetuados em dinheiro.

Qualquer outra forma de pagamento deverá ser autorizada pela área jurídica ou pelo Comitê de Compliance.

Todos os contratos com terceiros representantes ou que atuem em nome das empresas das Organizações Inepar deverão conter cláusulas anticorrupção, conforme as definidas nos Anexos I e II deste Código.

O critério para a seleção de terceiros deve ser objetivo e priorizar o melhor interesse das empresas das Organizações Inepar. Além disso, quando da formação de parcerias empresariais, consórcios e sociedades de propósito específico, os nossos colaboradores devem, invariavelmente, buscar parceiros que se identifiquem e se comprometam com os valores, crenças e compromissos contidos neste Código.

As Organizações Inepar exigem o respeito à livre concorrência. Os colaboradores não devem violar a legislação e as normas de proteção à concorrência, sendo proibida qualquer prática ou ato que tenha por objetivo frustrar ou fraudar a concorrência ou fixar preços, como dividir clientes, mercado, território ou produtos, manipular licitações ou processos competitivos, boicotar fornecedores ou clientes, controlar a oferta de serviços ou produtos, entre outros.

5.5 Outras informações relevantes

A formalização de parcerias, consórcios ou a participação em sociedades de propósito específico, deverá estar condicionada à adoção e comprometimento, por todos os participantes, às regras previstas neste Código.

9.5. Participação em Licitações Públicas

Licitação é o procedimento para contratação com órgãos da administração direta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Lei obriga que esses entes públicos realizem uma licitação, a fim de determinar qual é a melhor empresa em uma relação de custo-benefício para ser contratada. Assim, sempre deverá haver competição entre as empresas participantes na licitação.

A participação em licitações acarreta um maior relacionamento dos colaboradores das empresas pertencentes às Organizações Inepar com agentes públicos, os quais deverão ser realizados atendendo aos preceitos do presente Código, sempre pautadas pela ética e pela transparência.

Todos os processos de licitações ou contratos com a Administração Pública realizados pelas empresas das Organizações Inepar são pautados pela transparência e em obediência às disposições contratuais e às leis aplicáveis vigentes. Diante disto, é terminante proibido:

- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e,
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública.

5.5 Outras informações relevantes

Todos os contratos firmados com órgãos públicos devem ser controlados pela Diretoria responsável de cada empresa pertencente às Organizações Inepar e estarão sujeitos a análise e monitoramento pela área jurídica e pelo Comitê de Compliance.

9.6. Contribuições Políticas, Doações e Patrocínios

As Organizações Inepar não realizam nenhum tipo de doação e contribuição de natureza política e não se envolvem em atividades político-partidárias.

Nenhum de seus colaboradores, terceiros ou parceiros de negócio, mas não limitado a, estão autorizados a realizar atividade política em nome das Organizações Inepar.

As contribuições e doações para fins filantrópicos ou beneficentes, por sua vez, devem ser previamente aprovadas e documentadas pela área jurídica e pelo Comitê de Compliance, e somente podem ser feitas por razões beneficentes ou assistenciais legítimas. Toda solicitação de contribuição ou doação beneficente em nome das empresas pertencentes às Organizações Inepar será feita por escrito e exigirá a aprovação prévia e unânime de cada Diretoria.

A contribuição ou doação será obrigatoriamente feita em favor e em nome da instituição, nunca em nome de pessoa física. Em nenhuma hipótese o pagamento poderá ser feito em dinheiro ou por meio de depósito em conta corrente de pessoa física. Será sempre necessário obter recibo ou documento/comprovante equivalente detalhado e assinado pelo administrador legalmente constituído da instituição.

Os patrocínios são permitidos desde que sejam realizados em conformidade com os normativos internos de cada empresa pertencente às Organizações Inepar, com um propósito legítimo e um valor justo de mercado, para efetuar propaganda ou divulgação, mediante a contratação de contrapartida institucional lícita e adequada, selecionados com base em critérios técnicos e através de um contrato por escrito.

9.7. Oferecimento e Recebimento de Cortesias Comerciais

Desde que o destinatário não seja proibido de recebê-las; desde que não sejam motivadas por uma intenção corrupta; desde que não sejam excessivas ou impróprias, os colaboradores das empresas pertencentes às Organizações Inepar podem individualmente receber e oferecer os seguintes tipos de cortesias comerciais:

Brindes institucionais, tais como canetas, agendas, bonés, copos, entre outros itens promocionais de valor modesto.

Refeições com o único propósito comercial ou quando o colaborador esteja representando uma das empresas das Organizações Inepar, limitadas a um valor modesto e sem habitualidade.

5.5 Outras informações relevantes

Entretenimento cultural ou esportivo, com o único propósito comercial ou quando o colaborador esteja representando uma das empresas das Organizações Inepar, desde que limitado a um valor modesto e sem habitualidade.

Despesas relacionadas a hospedagem, incluindo alimentação, passagens e transporte local envolvendo terceiros ou agentes públicos devem ser pré-aprovadas, por escrito, pela área jurídica.

Como regra geral, as Organizações Inepar estabelecem como valor modesto, para fins de limitação das cortesias acima citadas, o montante de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Algumas diretrizes gerais relacionadas às cortesias comerciais deverão ser observadas: i) O pagamento deverá ser feito diretamente ao prestador do serviço quando aplicável (ex: ao hotel, à companhia aérea, ao restaurante, etc); ii) O custeio de hospedagem, de alimentação e de passagens deve ser limitado aos agentes públicos ou terceiros, e não podem incluir despesas relacionadas aos seus familiares ou seus convidados; iii) O convite para a viagem deve ser direcionado ao órgão em que trabalha o agente público ou à empresa onde trabalha o terceiro, e jamais diretamente à pessoa que viajará.

Quaisquer exceções a estas regras de oferecimento de cortesias comerciais devem ser registradas e aprovadas junto a área jurídica.

Caso observe ou tome conhecimento de algum oferecimento ou recebimento indevido de cortesias, utilize o Canal de Denúncias ou entre em contato com o Comitê de Compliance.

10. Sanções Aplicáveis

Este Código prevê aplicação de sanções justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida àqueles que infringirem qualquer diretriz estabelecida pelas Organizações Inepar.

Os colaboradores devem estar cientes de que as violações ao Código serão tratadas com a maior seriedade e estarão sujeitas às ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

As violações poderão resultar em penalidades a serem impostas a critério de cada empresa pertencente às Organizações Inepar, variando entre notificação, advertência, suspensão e dependendo de sua gravidade, até a dispensa por justa causa e ação judicial.

Em se tratando dos terceiros que atuam em nome das empresas pertencentes às Organizações Inepar, a violação das regras implicará em penalidades contratuais, podendo estes ter os contratos encerrados, sem prejuízo das sanções administrativas ou criminais.

5.5 Outras informações relevantes

Vale ressaltar que a omissão dos fatos e informações constitui a conivência de quem a tiver omitido/ocultado. Portanto, caso tenha conhecimento ou suspeita de qualquer ato de descumprimento deste Código, deve-se reportar por meio do registro no Canal de Denúncias, para que seja averiguado e tomadas as devidas providências.

As Organizações Inepar ainda se comprometem a averiguar e tratar todo e qualquer tipo de caso de denúncia. No entanto, quando comprovada a utilização indevida do Canal de Denúncias pelos colaboradores para registro de situações falsas e de má-fé, poderá ser aplicada uma das penalidades acima previstas.

Vale reforçar que as Organizações Inepar garantem expressamente o sigilo, no limite da lei, quanto à identidade das pessoas que utilizarem os meios de comunicação aqui descritos, e não admite, sob nenhuma hipótese, qualquer forma de represália ou retaliação a quem os utilizar de boa-fé.

11. Disposições Finais

É de competência das Organizações Inepar, através de seu Comitê de Compliance e com a ajuda de todas as Diretorias das empresas pertencentes às Organizações realizar o monitoramento, atualização e o aperfeiçoamento contínuo deste Código.

O Comitê de Compliance auxiliará em treinamentos periódicos dos colaboradores das empresas pertencentes às Organizações Inepar, realizando a agenda anual do seu Programa de Integridade, contando com a ajuda das áreas jurídica e administrativa.

Salvo se de outra forma expressamente prevista, apenas o Comitê de Compliance poderá autorizar eventuais exceções ao disposto neste Código, cabendo à área jurídica e administrativa, o suporte e as orientações necessárias para tal atividade.

As Organizações Inepar não medirão esforços no combate a corrupção e para manter sua linha ética íntegra, e conta com o engajamento destes princípios por todos aqueles com quem se relaciona.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL S/A.						
33.042.730/0001-04	Brasil	Não	Não	31/05/2024		
Não						
1.325.892	4,146	142.160	1,126	1.468.052	3,291	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DELFT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A						
07.092.327/0001-80	Brasil	Não	Não	31/05/2024		
Não						
288.552	0,902	0	0,000	288.552	0,647	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FABIO ROBERTO BAUMFELD ISAACK						
018.042.137-99	Brasil	Não	Não	31/05/2024		
Não						
0	0,000	629.998	4,989	629.998	1,412	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.						
45.542.602/0001-09	Brasil	Não	Sim	31/05/2024		
Não						
4.215.056	13,181	0	0,000	4.215.056	9,450	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA						
77.082.626/0001-19	Brasil	Não	Não	31/05/2024		
Não						
424.356	1,327	0	0,000	424.356	0,951	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.						
33.376.989/0001-91	Brasil	Não	Não	31/05/2024		
Não						
5.435.686	16,998	0	0,000	5.435.686	12,186	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S/A						
08.608.615/0001-07	Brasil	Não	Não	31/05/2024		
Não						
1.084.832	3,392	37.792	0,299	1.122.624	2,517	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PACTA - GESTÃO EMPRESARIAL S.A.						
25.173.155/0001-50	Brasil	Não	Não	31/05/2024		
Não						
2.439.232	7,628	0	0,000	2.439.232	5,468	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO VEIGA HINRICSHSEN						
263.660.438-33	Brasil	Não	Não	31/05/2024		
Não						
0	0,000	633.000	5,013	633.000	1,419	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
16.765.114	52,426	11.184.282	88,573	27.949.396	62,658	
TOTAL						
31.978.720	100,000	12.627.232	100,000	44.605.952	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09		
ATILANO DE OMS SOBRINHO						
000.848.409-00	Brasil	Não	Sim	30/04/2012		
Não						
15.806.973	26,282	0	0,000	15.806.973	26,282	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CESAR ROMEU FIEDLER						
274.914.719-00	Brasil	Não	Não	24/05/2023		
Não						
4.211.579	7,002	0	0,000	4.211.579	7,002	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DI MARCO POZZO						
001.621.089-15	Brasil	Não	Não	24/05/2023		
Não						
2.402.163	3,994	0	0,000	2.402.163	3,994	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09		
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA						
77.082.626/0001-19	Brasil	Não	Não	08/10/2012		
Não						
4.287.684	7,129	0	0,000	4.287.684	7,129	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NATAL BRESSAN						
006.372.899-00	Brasil	Não	Não	30/04/2012		
Não						
4.211.579	7,002	0	0,000	4.211.579	7,002	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.						
06.024.115/0001-00	Brasil	Não	Não	30/04/2012		
Não						
15.693.147	26,093	0	0,000	15.693.147	26,093	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09		
VALDIR LIMA CARREIRO						
317.473.969-15	Brasil	Não	Não	24/05/2023		
Não						
1.500.000	2,494	0	0,000	1.500.000	2,494	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
12.031.072	20,004	0	0,000	12.031.072	20,004	
TOTAL						
60.144.197	100,000	0	0,000	60.144.197	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA				77.082.626/0001-19		
ATILANO DE OMS SOBRINHO						
000.848.409-00	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
Não						
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Jauneval de Oms						
021.617.377-91	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
Não						
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIO CELSO PETRÁGLIA						
003.055.459-49	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
Não						
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA				77.082.626/0001-19		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
196.770	100,000	0	0,000	196.770	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.				06.024.115/0001-00		
ESPÓLIO - CARMEM LUIZA IWERSEN DE OMS						
258.667.299-20	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
Não						
529.707	49,765	0	0,000	529.707	49,765	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Jauneval de Oms						
021.617.377-91	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
Não						
534.707	50,235	0	0,000	534.707	50,235	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.				06.024.115/0001-00	
1.064.414	100,000	0	0,000	1.064.414	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/05/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	25.860.380	80,867%
Quantidade preferenciais	12.589.440	99,701%
Total	38.449.820	86,199%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.	02.677.174/0001-19	47,07
ENISA - INOVACAO E INFRAESTRUTURA S.A.	44.140.855/0001-93	100
IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.	29.918.943/0008-56	100
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.	02.258.422/0001-97	100
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.	15.917.064/0001-29	100
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA	05.408.684/0001-89	100

6.6 Outras informações relevantes

Informações relevantes já foram abordadas nos itens anteriores.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome Andre de Oms CPF: 023.289.579-19 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Administardor são: Data de Nascimento: 19/01/1978

Experiência Profissional: Iniciou a sua carreira em janeiro de 2001 como Diretor Administrativo da Empresa RJA Produções Comunicações Artisiticas Ltda, onde permaneceu até julho de 2006. Em agosto de 2006 assumiu como Administrador do Auto Posto OMS Ltda, onde permaneceu até janeiro de 2020.Em março de 2020 assumiu a administração do Auto Posto da Glória Ltda, permanecendo até julho de 2020. Em 31 de outubro de 2019 foi nomeado Diretor Admistrativo e Financeiro da empresa Taradel Participações S/A.Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a pratica de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	08/07/2021

Nome AUGUSTO ARAÚJO DE OMS **CPF:** 043.463.709-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** ADMINISTRADOR **Data de Nascimento:** 19/08/2002

Experiência Profissional: Graduado em Administração - Bacharelado - Habilitação em Gestão de Negócios pela Universidade Tuiuti do Paraná. Iniciou sua carreira no ano de 2002 como Administrador de Canais de venda no Onda - Provedor de Serviços S/A. Em abril de 2004, ingressou na IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A como Analista Jr.. Em 2009 trabalhou como Gerente Adjunto na Envirobras Tecnologia Ambiental S/A. A partir de outubro de 2014 trabalha nas empresas Inepar S/A Indústria e Construções e Inepar Capacitores S/A com o cargo de Coordenador Administrativo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	14/12/2022

Nome CARLOS ALBERTO DEL CLARO GLOGER **CPF:** 000.245.709-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** ENGENHEIRO QUÍMICO **Data de Nascimento:** 05/06/1940

Experiência Profissional: ATIVIDADE PROFISSIONALFoi Professor Titular de Tecnologia da Madeira na Escola de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná, até 1996Foi técnico em Desenvolvimento do Banco Regional de Desenvolvimento do extremo sul –BRDE, no período de 1965 a 1995, tendo exercido as funções de analista chefe da Agência de Curitiba e superintendente daagência BRDE no Paraná.Atualmente é Diretor Executivo do instituto de promoção do desenvolvimento – IPD e Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brasileiro de qualidade e produtividade IBQPÉ Conselheiro do Conselho de Administração da Inepar S/A Indústria e Construções desde 19 maio de 1987Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	30/04/2001

Nome CYRO LOPES DE ARAUJO **CPF:** 023.249.049-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 10/02/1978

JUNIOR

Experiência Profissional: brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná – FESP no ano de 2005, registrado do Conselho Regional de Contabilidade sob o número PR-050773/O-9, portador da cédula de identidade RG n.º 7.032.289- 7-SSP-PR e do CPF 023.249.049-00, residente e domiciliado na Rua Cascavel, 1023 Apto 43 – Boqueirão Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81750-090. Possui mais de 20 anos de experiência nas áreas contábil e de auditoria, desde o ano de 2010 é sócio da Alpha Auditores Independentes assumindo a função pelos trabalhos, tendo como atividades o planejamento e execução, revisão de controles internos, bases de cálculo de impostos, e demonstrações contábeis com vistas a emissão de relatório de auditoria independente. Experiência de trabalhos realizados em sociedades anônimas de capital aberto e fechado, operadora de planos de saúde, entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, entidades sem fins lucrativos e sociedades empresárias de médio porte. Desde o ano de 2016 é responsável técnico junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Banco Central do Brasil – Bacen.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	06/05/2024	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2024.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		06/05/2024	Sim	04/09/2020

Nome GERSON LUIS CASARA **CPF:** 572.194.949-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bacharel em Ciências Contábeis **Data de Nascimento:** 25/09/1966

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná, com registro no CRC/PR-027.523/O-7, Pós-graduado em Finanças pela FAE em Curitiba/PR, MBA em Gestão Empresarial pela FGV-RJ, além de diversos cursos de atualização, como IFRS, normas contábeis brasileiras, impostos federais e gestão de liderança. Possui mais de 30 anos de experiência em indústrias nacionais e multinacionais dos segmentos de construção civil, varejo, automotivo, produtos eletrônicos e medidores de energia, serviços de telecomunicações exercendo a gestão das áreas contábeis, financeira, tributos, custos, controladoria e auditoria interna; realizando reestruturações e ações estratégicas para o crescimento e maior lucratividade dos negócios.Foi membro e Presidente do Conselho fiscal do CEBDS – Conselho de Empreendedorismo Brasileiro do Desenvolvimento Sustentável no período de 2011 a 2014.Foi um dos sócios fundadores da empresa Casara, Costenaro Assessoria Contábil S/S Ltda em novembro de 2015, atuando como sócio administrador desde o início até o momento.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	06/05/2024	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2024.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		06/05/2024	Sim	02/05/2023

Nome Hugo Fagundes de Lima Queiroz **CPF:** 014.553.056-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 19/03/1979

Experiência Profissional: Atuou por 8 meses na Usiminas, como estagiário da área de Análise de Crédito e Contas a Receber. Trabalhou durante 14 anos na Caixa Econômica Federal Asset, como operador de mesa sênior e gestor na área de gestão de renda variável, responsável pela produção de informações técnicas sobre setores/empresas e também pela gestão de fundos semi-ativos e carteira livre. Sócio, Conselheiro e Diretor da TC S.A, desde novembro de 2020 até março de 2023, atuando como diretor de IB e Equity Research Buy Side do TC Matrix. Atualmente é sócio fundador da L4 Capital, atuando como diretor de Corporate Advisory, voltado para negócios e estruturação de ECM, DCM e M&A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	06/05/2024

Nome IRAJÁ GALLIANO ANDRADE CPF: 139.478.939-49 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: ECONOMISTA Data de Nascimento: 25/12/1953

Experiência Profissional: INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Grupo empresarial voltado a indústria, construções, montagens e provimento de soluções integradas nas áreas de energia e telecomunicações. Faturamento anual (2002) R\$ 660 milhões. Atualmente é Diretor Administrativo Financeira na empresa IESA ÓLEO E GÁS S/A Atuou de 11/05/2001 a 15/09/2004 como Diretor Executivo da empresa Inepar S/A Indústria e Construções Gerente Financeiro – responsável pela captação de recursos financeiros junto a instituições financeiras, de crédito, agências de fomento e gestão de fluxo de caixa, coordenação de projetos para levantamento de recursos do BNDES, FINEP, FINAME, IFC e outros. 1992 a 1997 Atuou como suplente do Sr. Ademir Pautasso Nunes de 11/05/2001 à 06/08/2001 no Conselho de Administração da empresa Inepar S/A Indústria e Construções, quando passou a ser membro efetivo em decorrência da renúncia do respectivo titular, até a presente data. ECOBRAS – EMPRESA CONSTRUTORA BRASILEIRA LTDA. – Empresa de construção civil voltada a obras de infra-estrutura na área de saneamento básico. Faturamento anual US\$ 90 milhões Diretor e Administração e Finanças – responsável pela gestão financeira e administrativa da empresa, relacionamento com instituições financeiras, coordenação das gestões de recursos humanos, suprimentos, serviços gerais e contabilidade. 1988 a 1991 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR – concessionária para o estado do Paraná de serviços públicos de abastecimento de água e coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários. Faturamento anual US\$ 400 milhões. 1969 a 1988 Superintendente de Planejamento Empresarial – responsável pela definição da política tarifária da empresa, coordenação do orçamento anual, coordenação do estudo de viabilidade global da empresa para um horizonte de cinco anos, coordenação da captação de recursos para investimento junto ao Banco Nacional da Habitação / Caixa Econômica Federal, coordenação do conjunto de normas e procedimentos empresariais. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	06/05/2024	02 Anos	Outros Diretores	Diretor Administrativo Financeiro	06/05/2024	Sim	14/09/2004
Conselho de Administração	15/05/2024	02 Anos	Presidente do Conselho de Administração		15/05/2024	Sim	14/09/2004

Nome JOÃO ALVES DE MIRANDA REIS CPF: 002.337.739-91 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: ECONOMISTA Data de Nascimento: 02/05/1942

Experiência Profissional: 1963 -Técnico em Contabilidade– Conselheiro Lafaiete (MG). 1972 – Ciências Econômicas – Universidade Federal do Paraná. 1977 -Administração de Empresas - Faculdade De Plácido e Silva – Curitiba. Atuação profissional: Membro do Conselho Fiscal da Inepar Energia no exercício de 2007. De 1992 a 2003 FUNDAÇÃO INEPAR - Implantação e Gerência Administrativo-Financeira. De 1991 a 1992 – gerencia administrativo financeira na NET CURITIBA – TV a Cabo. De 1975 a 1991 técnico em desenvolvimento no BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., sendo que de 1979 à 1991 na área operacional analise e implantação de projetos. De 1989 à 1990 exerceu presidência do conselho fiscal do PARSE e CIPA do mesmo órgão. De 1971 a 1975 Grupo Safra – Banco comercial como analista de credito cadastro e recursos humanos. De 1962 a 1971 - Banco Mercantil do Brasil como Administrativo /Procurador / Tesoureiro/Assistente Diretor. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	06/05/2024	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2024.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		06/05/2024	Sim	12/01/2023

Nome JOSÉ LUIZ BUSSOLARI CPF: 096.728.507-00 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: CONTADOR Data de Nascimento: 05/09/1947

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto cultural Newton de Paiva Ferreira em Belo Horizonte, Minas Gerais, registro CRC-ES-T-MG 1.909. Iniciou sua carreira no ano de 1969 na Companhia Internacional da Engenharia - IESA, sendo posteriormente contratado pela Morrison-Knudsen Engenharia S.A. no período de 1969 a 1992. Após foi contratado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e IESA Óleo ##@##amp; Gás, tendo inclusive ocupado o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da empresa de capital aberto Inepar Energia S.A., no período de 27/04/2000 a 01/09/2004. Atualmente atua como consultor independente. Nos últimos 5 ano, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	06/05/2024	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2024.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		06/05/2024	Sim	02/05/2011

Nome MANACESAR LOPES DOS SANTOS **CPF:** 747.439.029-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 10/06/1972

Experiência Profissional: brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 5.524.282-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 747.439.029-91, residente e domiciliado na Rua Acyr Guimarães nº 195, apto. 73, bairro Água Verde, CEP: 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Permanecendo vago o cargo de Diretor Comercial até ulterior deliberação.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/05/2022	03 anos	Diretor de Relações com Investidores		27/05/2022	Sim	03/09/2019

Nome RODOLFO ANDRIANI **CPF:** 830.006.909-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** INDUSTRIAL **Data de Nascimento:** 21/12/1944

Experiência Profissional: italiano, separado judicialmente, industrial, portador do R.N.E. nº V 133672-X e inscrito no CPF/MF sob nº 830 006 909-72, residente e domiciliado na Rua Deputado Alencar Furtado, 1819, ap. 1102 Mossunguê, 81200-110, em Curitiba, Estado do Paraná. Formado em Graduação em Engenharia Elétrica – Itália - HISTÓRICO PROFISSIONAL - Empresa: Brown Boveri S.A. – SP-Cargo: Dep. Centrais e Subestações-Período: Jul. 1966 - Dez.1967 - Empresa: Marini ##@@##amp; Daminelli Ltda. - SP Cargo: Gerente Comercial - Período: Jan. 1968 - Set. 1969 - Empresa: Spig S.A. – SP -Cargo: Gerente Comercial - Período Set. 1969 - Dez. 1971 -Empresa: Inepar S.A. – CWB -Cargo: Diretor Comercial Período: Jan. 1972 - Dez. 1982 - Empresa: Ansaldo Coemsa S.A. – SP -Cargo: Diretor Marketing - Período: Jan. 1983 - Jul. 1986 - Empresa: Sirius S.R.L. Import / Export – Itália - Cargo: Diretor -oprietário Período: Jul. 1986 - Dez. 1991 -Empresa: Inepar Trading S/A -Cargo: Diretor Geral -Período: Jan. 1992 – 1997 - Empresa: Inepar Energia S/A - Cargo: Presidente - Empresa: IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A - Cargo: Diretor Comercial

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	19/08/2021

Nome Rubens Gerigk **CPF:** 610.072.779-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** CONTADOR **Data de Nascimento:** 16/07/1966

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Cruz, registro no CRC/PR 048721/O-05. Iniciou sua carreira no ano de 1983 na Inepar S.A. Indústria e Construções, tendo conhecimentos das rotinas contábeis, como elaboração e análise de balanços, fiscal, auditoria, recursos humanos, investimentos, imobilizado, diferido ativo permanente. Também é membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT. Concluiu diversos cursos de aperfeiçoamento em ICMS/IPI/PIS/COFINS, sendo pós graduando em Auditoria e Finanças pela Faculdade Santa Cruz. Atualmente atua como sócio administrador na empresa Masters Assessoria Contábil Ltda.Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	06/05/2024	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2024.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		06/05/2024	Sim	28/04/2005

Nome SERGIO TOMAZ CRESTANI **CPF:** 026.608.739-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** TÉCNICO EM CONTABILIDADE **Data de Nascimento:** 08/08/1951

Experiência Profissional: Desde janeiro de 1997 responde pela diretoria operacional da empresa ALPHA Auditores Independentes cuja carteira multidisciplinar contempla atuação nos segmentos de Indústria e Comércio, Cooperativas Agrícolas e de Saúde, Financeira, Saúde, Terceiro Setor. Foi membro do Conselho Fiscal da Inepar Energia S.A. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	06/05/2024	1 ANO - Até AGO que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31/12/2024.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		06/05/2024	Sim	03/05/2012

7.4 Composição dos comitês

Nome:	ALDAIR RAMOS RIOS	CPF:	357.508.438-66	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	ADVOGADO	Data de Nascimento:	07/08/1987
Experiência Profissional:	Advogado										
Comitês:											
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato		
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 Anos	Secretário do Comitê		21/03/2024	Sim	21/03/2024		

Nome:	DENISE DZIEWULSKI RIBEIRO	CPF:	462.315.449-15	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Administradora	Data de Nascimento:	04/06/1972
Experiência Profissional:	Administradora										
Comitês:											
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato		
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 Anos	Membro Comite		21/03/2024	Sim	21/03/2024		

Nome:

FERNANDA FERREIRA CORTES

CPF:

082.387.697-79

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

ADVOGADA

Data de Nascimento:

26/02/1980

Experiência Profissional:

Advogada

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 Anos	Membro do Comitê		21/03/2024	Sim	21/03/2024

Nome:

LUIS EDUARDO GALLI FURLAN

CPF:

181.268.668-45

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro Civil

Data de Nascimento:

03/12/1975

Experiência Profissional:

Engenheiro Civil e Técnico em Segurança do Trabalho.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 Anos	Membro do Comitê		21/03/2024	Sim	21/03/2024

Nome: PEDRO LUIS BORGES **CPF:** 922.511.968-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 15/05/1958

Experiência Profissional: Diretor de Suprimentos

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 ANOS	Coordenador do Comitê		21/03/2024	Sim	21/03/2024

7.5 Relações familiares

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinados.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Não se aplica.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS.

Remuneração dos administradores:

A remuneração dos administradores leva em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial é uma Companhia de grande complexidade e porte o que requer, para sua administração, um profundo conhecimento dos seus negócios e do seu mercado, além de uma dedicação ilimitada, devendo reter e engajar os profissionais ocupantes de posições essenciais. Desta forma, o principal fator de remuneração, e que ao mesmo tempo se constitui no principal objetivo da política de remuneração adotada, é o desempenho e a evolução da Companhia, conforme planejamento estratégico estabelecido, tanto no curto como no médio e no longo prazo de modo alinhado com o retorno aos acionistas. Assim, prioritariamente, a política de remuneração serve ao negócio da Companhia. Desta feita, os valores pagos ou creditados, mensalmente, aos administradores da Companhia, a título de remuneração (retiradas pró-labore), são fixados em correspondência à efetiva prestação de serviços, limitados a remuneração global anual fixada em Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria será fixada pela Assembleia geral.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Para os membros titulares do Conselho de Administração a remuneração considera, exclusivamente, o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários) com limite máximo anual aprovado em Assembleia Geral. A definição dos valores é alinhada com a prática de mercado. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, e dos membros do Conselho Fiscal é fixado na Assembleia geral ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Parcela fixa mensal, definida a partir da prática do mercado competidor, com limite máximo anual aprovado em Assembleia Geral. A remuneração fixa contratada tem o objetivo de remunerar os serviços dos diretores estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Diretoria Não Estatutária

Não aplicável.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa

Também para os membros do Conselho Fiscal a remuneração considera apenas o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários), com valor mínimo previsto no parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei 6.404/76, tendo como referência o valor da remuneração atribuída aos Diretores Executivos, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração, os membros em exercício do Conselho Fiscal têm direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções. Os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. O reajuste da remuneração do Conselho Fiscal é realizado em função do reajuste da remuneração dos Diretores Executivos.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária

- Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde (somente para a Diretoria) tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

No caso do Conselho Fiscal a remuneração é fixa e igual para cada membro do conselho.

Quanto a Diretoria Estatutária, somente o Diretor Presidente recebe a remuneração integral (fixa), enquanto os demais diretores recebem uma remuneração simbólica de um salário mínimo.

Apresentamos abaixo quadros para os 3 últimos exercícios contendo a proporção de cada elemento na remuneração total para os 3 órgãos:

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2021			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ¹	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	4	3	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,00%	100,00%
Salário ou pró-labore	66,48%	96,16%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	33,52%	3,84%	
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

¹ - Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela companhia

8.1 Política ou prática de remuneração

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2022			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ¹	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	5	3	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,00%	100,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	87,42%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	12,58%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

1 - Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela companhia

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2023			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ¹	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	5	3	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,00%	100,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	86,97%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	13,03%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

1 - Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela companhia

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é definido pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar.

A remuneração da diretoria estatutária é regida pelos padrões da convenção coletiva da categoria preponderante da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo

8.1 Política ou prática de remuneração

prazo da Companhia.

A estratégia de remuneração fixa da Diretoria Estatutária da Companhia é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	207.878,82	707.120,75	134.611,56	1.049.611,13
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	207.878,82	707.120,75	134.611,56	1.049.611,13

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	114.178,92	639.849,00	131.110,23	885.138,15
Benefícios direto e indireto	0,00	132.560,00	0,00	132.560,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	114.178,92	772.409,00	131.110,23	1.017.698,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	101.210,42	690.509,33	129.368,88	921.088,63
Benefícios direto e indireto	0,00	99.348,00	0,00	99.348,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	101.210,42	789.857,33	129.368,88	1.020.436,63

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	298.427,42	1.981.544,88	121.221,40	2.401.193,70
Benefícios direto e indireto	150.476,13	78.511,92	0,00	228.988,05
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	448.903,55	2.060.056,80	121.221,40	2.630.181,75

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

b. principais objetivos do plano

Não aplicável.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável.

d. como o plano se insere na política de nossa remuneração

Não aplicável.

e. como o plano alinha os nossos interesses e os dos administradores a curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h. condições de aquisição de ações

Não aplicável.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício,

Não aplicável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

k. forma de liquidação

Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações

Não aplicável.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável.

n. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES REALIZADAS NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.7 Opções em aberto

8.7. INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES EM ABERTO DETIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 OPÇÕES EXERCIDAS E RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.10 Outorga de ações

8.10. OUTORGA DE AÇÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir outorga de ações

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES).

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, POR NÓS EMITIDOS, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

EMISSIONA - Participação Direta	Ações ON	Ações PN	Debêntures Conversíveis Em Ações ON
Órgãos			
Conselho de Adm.	720	0	0
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	572	4	0

Participação Indireta na Emission	Ações ON	Ações PN	Debêntures Conversíveis Em Ações ON
Órgãos			
Conselho de Adm.	0	0	0
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdência

Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não aplicável.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	2,00	3,00	3,00	6,00	6,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	3,00	6,00	6,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	650.400,00	650.400,00	977.138,04	44.870,52	43.119,84	378.000,00	44.870,52	43.119,84	36.546,72
Valor da menor remuneraçãoReal	15.840,00	14.544,00	11.976,00	15.840,00	14.544,00	11.976,00	44.870,52	43.119,84	36.540,00
Valor médio da remuneraçãoReal	333.120,00	332.472,00	494.577,02	30.355,26	28.831,92	194.988,00	44.870,52	43.119,84	36.543,36

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA).

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECOHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.

Órgão	2023	2022	2021
Conselho Fiscal	100,00%	100,00%	100,00%
Conselho Administração	83,00%	83,00%	83,00%
Diretoria Estatutária	100,00%	100,00%	100,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, RECEBIDO POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM.

Não se aplica.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**8.19. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES DIRETOS E INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA.**

2021	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind	488.903,55	2.060.056,80	121.221,40
Controladas do Emissor	339.292,70	2.450.713,24	
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	788.196,25	4.510.770,04	121.221,40

2022	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind	101.210,42	690.509,33	129.368,88
Controladas do Emissor	533.213,51	1.811.646,26	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	634.423,93	2.502.155,59	129.368,88

2023	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind	114.178,92	772.409,00	131.110,23
Controladas do Emissor	580.547,83	2.395.591,35	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	694.726,75	3.168.000,35	131.110,23

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

Outras informações relevantes

Informações relevantes já abordadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004472	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
Martinelli Auditores	Juridica	79.370.466/0001-39
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
23/02/2004	23/02/2004	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DEMONSTRAÇÕES TRIMESTRAIS DO EXERCICIO DE 2011 - R\$ 47.027,59		
Justificativa da substituição		
RODÍZIO CONFORME INSTRUÇÃO CVM 308/99		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável		

Código CVM do Auditor	006823		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BWEL AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES		Juridica	67.634.717/0001-66
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
01/04/2012		01/04/2012	
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração dos serviços de auditoria externa está fixada em R\$ 7.068,29 mensais. O contrato é reajustado anualmente pelo IGPM.			
Justificativa da substituição			
rodizio obrigatorio por lei			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

Código CVM do Auditor	011878		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	

RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	16.549.480/0001-84
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2017	01/01/2017	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Serviços de auditoria externa nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 e Demonstrações Trimestrais do exercício de 2019 - R\$ 144.000,00.		
Justificativa da substituição		
Rodízio conforme Instrução CVM 308/99.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica		

Código CVM do Auditor	004472	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
Martinelli Auditores	Juridica	79.370.466/0001-39
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2020	01/01/2020	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Serviços de auditoria externa na Demonstração Trimestral de 31 de março de 2020 - R\$ 13.000,00		
Justificativa da substituição		
MUDANÇA DEVIDO A CIRCUNSTÂNCIAS COMERCIAIS		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica		

Código CVM do Auditor	010855		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BLB - AUDITORES INDEPENDENTES		Juridica	06.096.033/0001-63
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
23/09/2020		23/09/2020	
Descrição dos serviços prestados			

Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAL E TRIMESTRAIS DO ANO DE 2020 - R\$ 300.000,00
Justificativa da substituição
PEDIDO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS POR PARTE DOS AUDITORES.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não se aplica

Código CVM do Auditor	011428		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S		Juridica	12.018.605/0001-99
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
15/09/2021		15/09/2021	
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral a partir do terceiro ITR de 2021 até exercício de 2023 no valor de R\$ 187.987,44.			
Justificativa da substituição			
A referida mudança de auditores independentes é em decorrência de aspectos estritamente comerciais, em nada relacionados com a qualidade dos serviços prestados por esses auditores.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Os resultados da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial foram auditados, pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. Para eliminar o risco de conflito de interesses, a Inepar S/A, mantém uma política onde o auditor não pode avaliar seu próprio trabalho. Portanto no exercício de 2023 o auditor externo não prestou nenhum outro tipo de serviço a esta Companhia.

9.4 Outras informações relevantes

Não se aplica.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Empresa	2021	2022	2023
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	158	271	239
Iesa Óleo & Gás S.A.	87	95	85
Inepar S.A. Indústria e Construções	191	81	56
	436	447	380

Nota: As informações acima do número de empregados é abrangente e envolve as coligadas e controladas. Nestes números incluem-se os funcionários afastados por diversos motivos, sem pagamento de salários.

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não se aplica

c. Índice de rotatividade

Não se aplica

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A empresa não possui nenhuma situação trabalhista que possa gerar um passivo impactante em seu resultado.

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações relevantes

Tendo em vista o pedido de recuperação judicial, a partir de 2014 e o cancelamento de diversos contratos geraram redução do efetivo

.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Políticas de remuneração

a. Política de salários e remuneração variável

Não se aplica

b. Política de benefícios

Todos os colaboradores possuem acesso aos seguintes benefícios:

- Assistência médica: desde 1993 todos os colaboradores são elegíveis ao plano de saúde, a inclusão no plano é opcional e extensiva aos familiares.
- Consultório médico nas instalações da empresa, e diariamente 2 médicos estão disponíveis para o atendimento de nossos colaboradores, além de 4 técnicos de enfermagem, 1 fisioterapeuta e 1 enfermeira do trabalho, o ambulatório funciona 24 horas por dia de segunda a sábado.
- Seguro de vida: todos os funcionários são elegíveis ao benefício, o plano não é opcional.
- Atendimento psicológico / assistencial: A área de serviço social conta com 2 profissionais disponíveis para atendimentos.
- Subsídio para a formação educacional: Com o programa Quero-Quero Aprender, os colaboradores podem receber uma bolsa de estudos para a conquista da primeira graduação ou pós graduação. O colaborador deve estar vinculado à empresa há 1 ano e as bolsas variam de acordo com as faixas salariais (inversamente proporcionais). O subsídio varia de 20 a 30%.
- O compromisso da empresa com a educação se estende aos filhos dos colaboradores, ou seja, é uma forma de abranger a comunidade, contribuindo para a diminuição do problema da educação no país. Com o programa, os filhos dos colaboradores podem receber bolsa de estudos desde a pré-escola até a universidade (inclusive pré-vestibular), tendo como requisitos a aprovação do aluno e o vínculo de um ano do colaborador na empresa, assim como critérios de idade dos dependentes. As bolsas variam de acordo com as faixas salariais (inversamente proporcionais) e tempo de empresa (diretamente proporcionais).

c. Planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não se aplica

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

As transações com partes relacionadas à Companhia são sempre realizadas a valores e prazos usuais de mercado, não gerando benefício ou prejuízo a quaisquer das partes envolvidas. Os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

A Lei das S.A. (Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada) proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Adicionalmente, a Lei determina que o acionista ou administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da empresa.

Em observância à regulamentação do Nível 1 de Governança Corporativa, a Companhia divulga trimestralmente informações discriminando o objeto dos contratos, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência dos contratos sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

11.3 Outras informações relevantes

Informações relevantes já foram abordadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
20/05/2024		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
142.398.880	24.000.000	166.398.880

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
20/05/2024		543.685.694,81
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
31.978.720	12.627.232	44.605.952

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
20/05/2024		543.685.694,81
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
31.978.720	12.627.232	44.605.952

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
20/05/2024		543.685.694,81
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
31.978.720	12.627.232	44.605.952

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5 Emissão
Data de emissão	27/07/2012
Data de vencimento	27/12/2028
Quantidade	15.000
Valor nominal global R\$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	234.488.008,56
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na Bovespa (B3), sob os códigos INEP3 e INEP4.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Outras características relevantes para ações Ordinárias

A Companhia aderiu ao Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Adicionalmente, a Companhia assumiu, de forma voluntária, um conjunto de práticas adicionais ao Regulamento do Nível 1, incorporadas ao nosso Estatuto Social que incluem, dentre outros direitos, a concessão, às ações ordinárias, do direito de recebimento de 100% do valor pago em caso de alienação do controle da Companhia ("tag-along"). Essas regras são decorrentes do Estatuto Social da Companhia, não tendo sido analisadas pela BM&FBOVESPA e, por tal razão, não são mandatórias conforme as obrigações assumidas pela Companhia perante a BM&FBOVESPA decorrentes da adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa, não existindo qualquer garantia de manutenção das mesmas no Estatuto Social.

Outras características relevantes para ações Preferenciais

A Companhia aderiu ao Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Adicionalmente, a Companhia assumiu, de forma voluntária, um conjunto de práticas adicionais ao Regulamento do Nível 1, incorporadas ao nosso Estatuto Social que incluem, dentre outros direitos, a concessão, às ações preferenciais, do direito de recebimento de 80% do valor pago em caso de alienação do controle da Companhia ("tag-along"), bem como o direito de voto às ações preferenciais nas circunstâncias estabelecidas no Estatuto. Essas regras são decorrentes do Estatuto Social da Companhia, não tendo sido analisadas pela BM&FBOVESPA e, por tal razão, não são mandatórias conforme as obrigações assumidas pela Companhia perante a BM&FBOVESPA decorrentes da adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa, não existindo qualquer garantia de manutenção das mesmas no Estatuto Social.

12.9 Outras informações relevantes

As informações relevantes foram descritas nos itens anteriores.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Vago	Diretor Presidente	Registrado	
Manacesar Lopes dos Santos	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Diretor Presidente: Vago

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaramos que revisamos o formulário de Referência, que todas as informações contidas nesse formulário atendem ao disposto na instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relação com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.